

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Emanuele de Oliveira Lima

**COMBATE A POBREZA E EMPODERAMENTO FEMININO: OS
CASOS DO BANCO GRAMEEN (BANGLADESH) E DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA (BRASIL)**

Recife
Junho/2016

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Emannuele de Oliveira Lima

**COMBATE A POBREZA E EMPODERAMENTO FEMININO: OS
CASOS DO BANCO GRAMEEN (BANGLADESH) E DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA (BRASIL)**

Monografia desenvolvida pela aluna Emannuele de Oliveira Lima, orientada pela Profa. Deborah Werner e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

Recife
Junho/2016

Lima, Emannuele de Oliveira.

**Combate a pobreza e empoderamento feminino: os casos do Banco Grameen (Bangladesh) e do Programa Bolsa Família (Brasil). / Emannuele de Oliveira Lima.
– Recife: O Autor, 2016.**

66 f.

Orientador(a): Profª. Déborah Werner.

**Monografia (graduação) – Faculdade Damas da Instrução Cristã.
Trabalho de conclusão de curso, 2016.**

Inclui bibliografia.

**1. Relações Internacionais. 2. Pobreza. 3. Empoderamento. 4. Mulher. I.
Título.**

327

CDU (2.ed.)

Faculdade Damas

327

CDD (22.ed.)

TCC 2016-460

Emannuele de Oliveira Lima

**COMBATE A POBREZA E EMPODERAMENTO FEMININO: OS
CASOS DO BANCO GRAMEEN (BANGLADESH) E DO PROGRAMA
BOLSA FAMÍLIA (BRASIL)**

Monografia desenvolvida pela aluna Emannuele de Oliveira Lima, orientada pela Profa. Deborah Werner e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

Área de concentração: Relações Internacionais

Aprovação: _____ de junho de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Deborah Werner
Orientador
Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC

Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares
Professor de Projeto Experimental II
Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC

Prof. Dr^a. Luciana Campelo de Lira
Avaliadora
Faculdade Damas da Instrução Cristã – FADIC

*Para minha Avó,
A mulher mais guerreira que conheci.*

Agradecimentos

Primeiramente eu agradeço a Deus por ter me dado forças para chegar até aqui. Muitos Foram os obstáculos, mas ele se fez presente em minha vida em todos os momentos difíceis não me deixando esquecer que seu amor por mim é infinito, mesmo quando eu duvidava nos momentos de fraqueza. Uma das únicas certezas que tenho na vida é: Deus não pode ser explicado, mas sentido. E sua presença em minha trajetória foi fundamental.

Agradeço a minha Vó Nizete, pelo amor e cuidado que sempre teve comigo, me educando, protegendo e me ensinando a ser forte. Vó, você é a mulher mais forte e linda que já conheci em toda a minha vida (e feminista também, apesar de não entender nada sobre os termos. Você simplesmente é). Tudo que sou devo a você. Obrigada por me amar.

A minha família por ter me apoiado, me ajudado e confiado em mim para chegar até aqui. Por isso aos meus amores, vovô Neco, tia Mariluce, Igor, Arthur, David e Tamara, vocês são a minha base.

Ao meu braço direito Carlos Gomes. Querido você mora no meu coração. Obrigada por toda a confiança, pelo apoio e pelas palavras duras que precisei ouvir nos momentos certos.

A Duda, a minha enorme gratidão por tudo, mas em especial por ter me acolhido em sua casa nos momentos em que eu mais precisei.

A Victor Anunciação, querido muito obrigado. Tive a oportunidade de conhecer você no fim da faculdade, mas acredite criei um carinho grande por você. Parte da construção desse trabalho eu dedico a você que teve a maior boa vontade do mundo em me ajudar (principalmente com as regras da ABNT, haha). Aproveitando a oportunidade, quero também agradecer a Jota Batista, pessoa por quem tenho um super carinho. Jota obrigada por ser essa pessoa maravilhosa que é pra o mundo. Eu olho pra você e enxergo fé e um amor transbordante por simplesmente entender a simplicidade da vida.

Ao grande amor da minha vida Daniel Purcell, o homem mais gentil, amoroso e paciente que já conheci. Não é a toa que você ocupa um papel especial de NAMORADO na minha vida. Esse trabalho também é dedicado a você que tanto me apoiou nesses últimos meses de faculdade, me ouvido, me aconselhando, enfim, quero que saiba que eu TE AMO MUITO MUITO E MUITO.

As minhas queridas amigas Maria Fernanda, Cybelle, Sabrina e Mayara, obrigada pela amizade sincera que cada uma de vocês me ofereceram ao longo dos últimos tempos.

A Ricardo e Erika, muito obrigada pela paciência em me atender na biblioteca sempre com tanta prestatividade, vocês merecem os cargos que ocupam nesse momento.

Aos meus professores: Dr. Pedro Soares, muito obrigada por toda a paciência. Você é um exemplo de ser humano que exerce com todo amor e carinho a profissão que escolheu.

A Dra. Luciana Lira, Lu você é a pessoa mais doce que eu já conheci, obrigada por tudo (pelos comentários e curtidas no facebook também) (risos).

A minha orientadora Deborah Werner toda minha gratidão. Sem seu apoio esse trabalho jamais seria lapidado da forma como foi. Obrigada por tanta gentileza que me ofereceu durante a orientação desse trabalho.

Ao professor Pedro Paulo Procópio (vulgo PPP), o meu muito obrigada, pois foi quem me apresentou o tema do Grameen Bank me levando a mergulhar de cabeça não só no assunto mas em uma busca de auto conhecimento que tem ocorrido nos últimos tempos. Thanks very much!!!

A todas as pessoas que contribuíram de forma negativa ou extremamente negativa na minha vida, o meu muito obrigada. Acreditem, vocês foram fundamentais para eu me tornar essa pessoa maravilhosa, confiante, e com a autoestima nas nuvens. Acho que vocês foram o meio para o meu empoderamento feminino.

Concluo essa etapa na vida com a certeza que foi um ciclo, difícil, mas que eu consegui vencer. Esse trabalho é apenas um degrau para o que almejo alcançar. E hoje eu sei que posso alcançar tudo o que eu quiser, basta ter fé em Deus e acreditar em mim mesma e tudo será realizado. Hoje eu sei quem sou e onde quero chegar, pois meus planos transcendem fronteiras. E sim, continuarei lutando com todas as forças que eu tiver por um mundo mais justo e onde as mulheres possam ter mais dignidade, respeito e espaço para serem quem elas quiserem ser.

Deus abençoe todos vocês,

Emannuele de Oliveira Lima

*Somos exatamente aquilo que pensamos de nós mesmos.
(autor desconhecido)*

Resumo

Bangladesh é um país situado no continente asiático considerado à oitava nação mais populosa do mundo, chegando em 2012 a cerca de 150 milhões de habitantes. O rápido crescimento populacional trouxe uma superpopulação e há muito tempo a região é caracterizada pela enorme miséria. O Brasil, apesar da imensa disponibilidade de recursos e de estar entre as 10 economias do mundo, não fica longe dessa realidade. Uma parcela assustadoramente grande de brasileiros encontra-se em nível de pobreza. Considerando que o papel da mulher e a importância da sua participação social são aspectos fundamentais para o estudo da pobreza analisamos as experiências de combate à pobreza tendo como norteador o empoderamento feminino.

Palavras chaves: Pobreza, Empoderamento, Mulher.

|

Abstract

Bangladesh is a country located in Asia, acknowledged as the eighth most populous nation in the world, having in 2012 the population of approximately 150 million people. The fast population growth has brought overpopulation, and the region has been characterized by huge misery for a long time. Brazil, in spite of having an immense availability of resources and being among the 10 largest economies of the world, is not far from that same reality. A frighteningly large portion of Brazilians is at the level of poverty. Considering that the role of women and the importance of their social participation are crucial for the study of poverty, this analysis was carried out regarding the experiences of combating poverty using women empowerment as a guide.

Key words: Poverty, Empowerment, Women.

Lista de ilustrações

Gráfico 1 – 32
Quadro 1 – 33
Quadro 2 -45

Siglas e Abreviações

OING – Organizações Internacionais não governamentais

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

ONU – Organização das Nações Unidas

GED – Gênero em Desenvolvimento

DAW - Divisão para o Avanço das Mulheres

INSTRAW - Instituto internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher

OSAGI - Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

OMS – Organização Mundial da Saúde

TTP – Tehrik-i-Taliban Pakistan (Movimento Taliban Paquistanês)

OI - Organizações Internacionais

OIGs – Organizações Internacionais Governamentais

SI – Sistema Internacional

PBF – Programa Bolsa Família

CEF - Caixa econômica Federal

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Sumário

1	Introdução	13
2	Condição da mulher na sociedade e a busca pelo seu empoderamento.....	17
3	Banco Grameen como instrumento de superação da pobreza	23
	3.1 Condição da mulher em Bangladesh	23
	3.2 A origem do Banco Grameen e o seu funcionamento	26
	3.3 Recrutamento feminino e empréstimo às mulheres.....	34
	3.4 Grameen: Uma organização não-governamental.....	41
4	Bolsa Família enquanto política de Estado no combate à pobreza.....	47
	4.1 As mulheres do Bolsa Família.....	47
	4.2 Avanços do Bolsa Família.....	54
	Conclusão:	58
	Referências Bibliográficas.....	62

|

Introdução

O papel da mulher e a importância da sua participação social são aspectos fundamentais para o estudo da pobreza, objeto de pesquisa desse trabalho. O presente trabalho irá analisar dois casos que buscam no empoderamento feminino mecanismos de superação da pobreza: o caso do Banco Grammen, em Bangladesh; e o caso do Programa Bolsa Família, no Brasil.

Com relação ao Banco Grammen, trata-se da atuação de uma Organização Internacional Não Governamental, que propiciou às mulheres pobres de Bangladesh o acesso ao microcrédito como forma de impulsionar o empreendedorismo e superar as privações materiais e sociais das mulheres em Bangladesh. Sendo o microcrédito uma das medidas para a luta contra a pobreza, o reconhecimento do papel feminino e da sua importância é essencial para a emancipação das mesmas também via acesso ao crédito. A nível mundial, o peso de intervenção da mulher tem aumentado no desenvolvimento, na mudança de paradigmas sociais e de mentalidades conservadoras.

O sistema de microcrédito abordado no presente estudo surge como um dos instrumentos de desenvolvimento alternativo e um dos mecanismos de luta contra a pobreza. Trata-se de um tipo de financiamento existente, que passa pela concessão de pequenos créditos a indivíduos ou grupos, sem necessidades de garantias (colaterais), tendo como base a confiança, a solidariedade, a responsabilidade e a garantia moral.

O microcrédito, assim definido, surge pela primeira vez de forma institucionalizada em 1983, com o Banco Grameen, em Bangladesh. Nomeado “Banco dos Pobres”, os mesmos podem recorrer a pequenos empréstimos para aplicarem em atividades geradoras de rendimento. O mentor dessa experiência, Muhammad Yunus, economista nascido em Bangladesh, baseou o projeto oriundo da confiança nas pessoas. Assim, criou um sistema que visa o apoio às pessoas pobres, restabelecendo-lhes a dignidade, a oportunidade e a hipótese de viver e não apenas sobreviver.

De acordo com o Sistema Financeiro tradicional, os bancos são os únicos que podem conceder empréstimos, assim a prática de microcrédito da forma como é feita foi, a princípio, desprezado pela forma como o Grameen age. Mediante a realidade existente e os resultados que se têm visto com este sistema, o ideal é aceitar e recuperar este e alguns métodos da economia informal. O microcrédito está em força nos países em desenvolvimento, mas também nos desenvolvidos, nomeadamente europeus e nos Estados Unidos da América (YUNUS, 2010).

A importância do microcrédito para o combate à pobreza se torna ainda mais evidente quando em 2005 as Nações Unidas declaram a Carta de Intenções do Ano Internacional do Microcrédito, onde este foi considerado um instrumento decisivo no combate à Exclusão Social e à Pobreza.

Soma-se às dificuldades de as populações pobres acessarem o sistema de crédito no caso analisado, a questão de gênero, pois em Bangladesh apenas se faziam empréstimos a mulheres, após a permissão do marido, de modo que antes do Grameen, as mulheres representavam menos de 1% dos empréstimos (YUNUS, 2010). Após aperceber-se dos primeiros resultados, os motivos em privilegiar as mulheres ficaram claros.

Conforme Yunus (2010), o crédito entregue às mulheres produzia mudanças mais rápidas e notórias do que aquele entregue aos homens. O fato de serem mais pobres faz com que estas lutem arduamente contra a pobreza, quando lhes é dada uma oportunidade para tal. “São mais atentas, mais preocupadas em assegurar um melhor futuro para os filhos e demonstram uma maior consciência no trabalho do que os homens” (YUNUS, 2010, p.117).

Dessa forma, os microcréditos foram se concentrando nas mulheres. Para Yunus,

“A mulher sem recursos revela-se melhor lutadora do que o homem, porque mais consciente com o presente e o futuro dos filhos está mais disposta a trabalhar e a fazer maiores sacrifícios pelo bem-estar” (YUNUS, 2010, p.116).

Ao proporcionar uma atividade econômica lucrativa, as mulheres serão capazes de desenvolvê-las, gerando poder econômico que por sua vez gera poder social. Uma das formas de proporcionar essa oportunidade é conceder crédito a baixo-custo, isto é, o microcrédito. Esta opção para as mulheres acarretou alguns problemas sociais, no sentido em que abalou algumas estruturas a nível familiar e tradicional em Bangladesh. Normalmente são os homens que tratam dos negócios e trazem dinheiro para a família. É necessário um acompanhamento também aos homens, durante o processo de atribuição de microcréditos, no sentido deste estar informado e fazer parte das atividades.

Enquanto a experiência de Bangladesh evidencia a atuação de uma OING no combate à pobreza, tendo como público principal as mulheres, no Brasil, a situação teve como um dos instrumentos de enfrentamento o Programa Bolsa Família, programa de transferência de renda do governo federal criado em 2003. Ainda que o público sejam famílias em situação de pobreza e de pobreza extrema, ao ter como foco prioritário a

mulher, foi capaz de contribuir para o empoderamento feminino. Conforme o Portal Brasil, as mulheres representam 93% dos titulares do programa.

Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2015), o programa tem como eixos principais: i) complemento de renda; ii) acesso a direitos, relacionados a condicionais a que as famílias devem cumprir, de maneira a reforçar o acesso à educação, acesso à saúde à assistência social e; iii) articulação com ações relacionadas às políticas sociais, como o Programa Brasil sem Miséria, do qual o Bolsa Família faz parte desde de 2011, que reúne diversas iniciativas capazes de permitir que as famílias deixem a situação de extrema pobreza, com efetivo acesso aos direitos básicos, oportunidades de trabalho e empreendedorismo.

De acordo com a ONU Mulheres (2016), entre 2002 e 2013, o país reduziu em 82% o número de pessoas subalimentadas, o que fez com que a Organização das Nações Unidas (ONU), ao retirar o país do mapa da fome, reconhecesse a importância do programa de transferência de renda para se alcançar tal resultado. A ONU Mulheres ressalta que desde a sua implementação, o Programa tem contribuído para superar as metas de redução de pobreza, redução da mortalidade infantil e impactar positivamente a vida de importante parcela da população, sobretudo as mulheres.

Com o intuito de analisar as experiências de combate à pobreza tendo como norteador o empoderamento feminino, o trabalho analisa a concessão de microcrédito às mulheres pobres de Bangladesh e o Programa Bolsa Família no Brasil, sendo composto por três capítulos, além da parte introdutória e a parte conclusiva. No primeiro capítulo, intitulado como Condição da mulher na sociedade e a busca pelo seu empoderamento, foi analisado a condição da mulher durante a história da humanidade ressaltando a situação de desigualdade social através da opressão sexual, do preconceito e da discriminação que foi construída ao longo do tempo e definida como destino tradicional da mulher. Em seguida discute-se sobre o desenvolvimento da questão de gênero através do empoderamento feminino e a condição da mulher em Bangladesh.

No segundo capítulo, Banco Grameen como instrumento de superação da pobreza, relata-se a história da origem do banco Grameen que surgiu como mecanismo para combater a pobreza empoderando as mulheres e oferecendo meios que as tornam emancipadas e independentes de suas vidas. No desenvolver do capítulo apresentamos justificativas que identificam o relevante trabalho que o “banco dos pobres” realiza para o sistema internacional e a corrente de atuação desse tipo de organismo.

O terceiro capítulo, Bolsa Família enquanto política de Estado no combate à pobreza, trata da condição de pobreza no Brasil enfrentada através de política pública denominada Programa Bolsa família, ponderando dessa maneira os avanços que o programa alcançou desde sua implementação no país.

Dessa forma, concluímos o presente trabalho analisando as duas formas de enfrentamento das condições de pobreza com foco no empoderamento feminino, em duas realidades sociais distintas: o caso de Bangladesh, com o Banco Grammen, sistema de microcrédito, e o caso do Brasil, com o Programa Bolsa Família, sistema governamental de transferência de renda. As experiências evidenciam duas formas de enfrentamento da questão da pobreza, tendo como alvo o empoderamento feminino, uma relacionada a atuação de uma Organização Internacional Não Governamental (OING), o Banco Grammen, evidenciando a capacidade dessas instituições contribuírem satisfatoriamente com desenvolvimento dos Estados; e o Programa Bolsa Família, que com o apoio de uma organização internacional, o Banco Mundial, estabeleceu como prioridade em políticas públicas o combate à pobreza reconhecidamente bem-sucedido pelas Organizações das Nações Unidas – ONU.

CAPÍTULO 1. CONDIÇÃO DA MULHER NA SOCIEDADE E A BUSCA PELO SEU EMPODERAMENTO

No capítulo presente será abordado alguns aspectos acerca da condição social da mulher, com ênfase no processo de inferiorização de seu papel diante daquele atribuído ao homem enquanto de provedor familiar, e a importância do empoderamento feminino para o desenvolvimento das sociedades.

Durante toda história da humanidade a mulher foi vista como um objeto de valor inferior ao homem. As desigualdades de poder entre os sexos feminino e masculino se originou através de uma construção social que perdurou ao longo dos séculos. Dessa maneira, é possível percebermos que o homem, através da sua representação de gênero, sempre foi disciplinado a se comportar primordialmente como o macho alfa que domina, enquanto que a mulher era educada para ser subordinada e dominada (DIAZ, 1998).

Para Osorio (2009) as desigualdades sociais têm se estabelecido historicamente em função de uma ordem de hierarquia e uma relação de poder, que tende a estratificar a sociedade. Essas relações de desigualdade entre homens e mulheres tem origem na construção sociocultural do masculino e do feminino. É através dessa construção de gênero, que os papéis entre os sexos são “naturalmente” diferenciados por valores, símbolos, comportamento e atributos a mulheres e homens, que culminam na inferiorização do papel das mulheres na sociedade, colocando-as em condição de desigualdade em relação aos homens.

Engels (1884) retratou em sua obra *A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, a origem da opressão sexual das mulheres. Segundo ele, a opressão feminina surgiu com a aparição da propriedade privada e do surgimento da sociedade de classes. Desse modo, é possível identificar que nas relações de divisão de trabalho o homem sempre foi visto como o provedor do âmbito doméstico e participante da esfera pública e política, enquanto a mulher era vista como reprodutora e responsável pelas atividades da esfera privada.

Beauvoir (1967), estudando o destino tradicional da mulher e as circunstâncias do aprendizado de sua condição feminina afirma que ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Pois nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora

esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um *Outro*. Por esses aspectos, tem-se que a posição inferiorizada da mulher resulta de uma construção social.

Na segunda metade do século XX o movimento caracterizado como feminista explode no intuito de defender os direitos das mulheres e resistir à opressão masculina. A noção de empoderamento feminino surge através das lutas pelos direitos civis e pela ideologia de ação social perceptível nas sociedades dos países desenvolvidos (HERNÁNDEZ, 2009).

A partir da década de 1970 uma série de conferências sobre a mulher começa a ser realizada pelas Nações Unidas. Em 1975, é declarado o “Ano Internacional da Mulher”, quando a mesma passa a ser incluída nos planos de desenvolvimento. Para tal avanço teve fundamental importância os aportes teóricos de Esther Boserup¹, autora que realizou um dos primeiros trabalhos relevantes no âmbito mundial sobre a participação econômica feminina na produção agrícola, enfatizando o papel da mulher no processo de desenvolvimento.

Boserup (1970) influenciou o discurso em torno de gênero e desenvolvimento defendendo a força de trabalho, melhores oportunidades e educação para as mulheres. Dessa forma, incentivou as agências de ajuda a questionar o pressuposto da neutralidade de gênero nos custos, bem como nos benefícios do desenvolvimento. O texto da autora foi dividido entre homens e mulheres, onde os homens constituem o trabalho produtivo e as mulheres contribuindo com ensino necessário para melhorar o desenvolvimento.

O trabalho argumentou que as contribuições das mulheres, tanto nacionais como na força de trabalho paga, contribuíram para as economias nacionais. A década de 1990 é marcada pela perspectiva de Gênero em Desenvolvimento (GED), que levou em consideração a necessidade de enfrentar o tema da exclusão feminina como um dos pontos fundamentais para o avanço social dos países.

¹ Ester Boserup foi uma dinamarquesa economista que nasceu em 1910. Estudou o desenvolvimento econômico e agrícola e trabalhou na Organização das Nações Unidas, bem como em outras organizações internacionais. Contribuiu fortemente para o discurso em torno de gênero e desenvolvimento de práticas com o papel da mulher no desenvolvimento econômico. O trabalho foi o primeiro na investigação sobre a situação feminina no processo de crescimento econômico e social em todo o terceiro mundo e marcou uma mudança nos debates sobre mulheres em desenvolvimento (MED), pois nele argumentou-se que as contribuições das mulheres, tanto nacionais como na força de trabalho paga, contribuíram para as economias nacionais. Boserup inspirou a década das Nações Unidas para as mulheres entre 1975 e 1985 incentivando as agências de ajuda a questionar o pressuposto da neutralidade de gênero nos custos benefícios do desenvolvimento.

Diversos encontros passaram a ser realizados, com destaque a Quarta Conferência Mundial de Beijing, ocorrida em 1995, em que se discutiu a inclusão da perspectiva de gênero na formulação, aplicação e avaliação das políticas públicas ressaltando a necessidade de maiores oportunidades para as mulheres na educação e capacitação para a inclusão da mesma no setor modernizado da economia.

Uma vez que a preocupação com a emancipação feminina e igualdade de gênero tem sido um tema importante no âmbito das Organizações das Nações Unidas, em julho de 2010, a Assembleia Geral da ONU criou uma nova entidade que tem como intuito a discursão sobre igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres.

A ONU mulheres surgiu como parte da agenda de reforma das Nações Unidas, reunindo recursos e mandatos para gerar mais impacto. A instituição agrega e constrói sobre o importante trabalho de quatro setores prévios (Divisão para o Avanço das Mulheres (DAW); Instituto internacional de Pesquisas e Capacitação para o Progresso da Mulher (INSTRAW); Escritório de Assessoria Especial para Questões de Gênero e Promoção da Mulher (OSAGI); e Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM)) distinto do Sistema das Nações Unidas, que se centravam exclusivamente na igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres.

As principais funções desses setores da ONU são: apoiar os organismos intergovernamentais como a Comissão sobre o status da mulher na formulação de políticas, padrões e normas globais; ajudar os Estados-membros a implementar estas normas, fornecendo apoio técnico e financeiro adequado para os países que o solicitem, bem como estabelecendo parcerias eficazes com a sociedade civil e Ajudar o Sistema a ser responsável pelos seus próprios compromissos sobre igualdade de gênero, incluindo o acompanhamento regular do progresso do sistema. Assim, para a ONU mulheres:

As desigualdades de gênero permanecem profundamente arraigadas nas sociedades. Muitas mulheres não têm acesso a um trabalho decente e ainda têm que enfrentar as disparidades salariais ocupacionais de segregação e de gênero. Muitas vezes lhes são negados o acesso à educação básica e saúde. Mulheres em todas as partes do mundo sofrem violência e discriminação. Elas estão sub-representadas nos processos decisórios na política e na economia. A agência é uma instância forte e dinâmica voltada para as mulheres e meninas, proporcionando-lhes uma voz poderosa a nível global, regional e local. A ONU mulheres foi criada para ajudar a resolver tais desafios (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2016).

Portanto, fundamentada na visão de igualdade consagrada na Carta das Nações Unidas, a ONU Mulheres, entre outras questões, trabalha para a eliminação da discriminação contra as mulheres e meninas, empoderamento das mulheres e a

realização da igualdade entre mulheres e homens como parceiros e beneficiários do desenvolvimento, direitos humanos, ação humanitária, paz e segurança. Por muitos anos a ONU tem enfrentado sérios desafios nos seus esforços para promover a igualdade de gênero no mundo, incluindo financiamento inadequado e nenhuma representação única reconhecida para dirigir as atividades em questões de igualdade de gênero.

Diante do papel da mulher na economia e na sociedade evidencia-se que o enfrentamento da pobreza passa pelo enfrentamento da questão de gênero e de empoderamento feminino.

Para Sen (2007), a pobreza revela a essência da privação das capacidades básicas na qual o ser humano ainda se encontra em pleno século XXI. Esse tipo de privação está ligado ao baixo nível de renda e à baixa capacidade do indivíduo de adquirir instrução e educação. Isso acontece geralmente entre comunidades e até mesmo famílias e indivíduos, logo, o impacto da renda sobre as capacidades é condição essencial para o desenvolvimento das capacidades humanas.

A existência da pobreza ainda permanece como um problema atual devido à má distribuição de renda. Segundo dados do Credit Suisse,² em 2015, o número de pessoas classificadas como “ultrarricos”, ou seja, aqueles que têm 500 milhões de dólares ou mais, aumentou para quase 124.000 (cento e vinte e quatro mil) pessoas. Conforme os dados, 0,7% da população mundial detêm 45,2% da riqueza total e 10% mais ricos têm 88% dos ativos totais.

Em um estudo recente divulgado pela Oxfam International³ aponta que em 2016 o grupo com 1% das pessoas mais ricas do planeta superará as posses dos 99% mais pobres do mundo. Desta forma, diante da necessidade de uma mudança nos padrões de crescimento para a redução da desigualdade, a administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento declarou:

As desigualdades nos níveis de hoje são injustas e, como demonstrado neste relatório ‘Humanidade Dividida’, podem também impedir o progresso humano. O relatório explora as causas e consequências das desigualdades que nos dividem – dentro e entre países – e argumenta que o crescimento da desigualdade é evitável (Helen Clark – Administradora do PNUD, 2014)

Nesse contexto, o Brasil tem se destacado em políticas de superação da pobreza e parte do sucesso das políticas, segundo a ONU Mulheres (2016) está no fato de o país

² Credit Suisse Group trata-se de um banco suíço de investimento e provedor de outros serviços financeiros sediados em Zurique, na Suíça.

³ Oxfam International: organização não-governamental britânica voltada ao combate à pobreza no mundo.

centrar suas políticas sociais nas mulheres. Conforme a publicação, em 2014, 88% de todas as famílias inscritas em programas sociais no Brasil eram chefiadas por mulheres, dentre os programas, fazendo com que a experiência brasileira exemplifique a relação entre empoderamento feminino e superação da pobreza.

De acordo com Bronzo (2008, *apud* Moreira *et al.* 2012), deve-se considerar o duplo caráter da pobreza, enquanto fenômeno que envolve dimensões objetivas de falta de recursos materiais, e as dimensões subjetivas relativas a comportamentos e valores. Ao assim compreender a situação de pobreza, busca-se alterar as condições limitadoras, investir no empoderamento, na autonomia, nas competências e na capacidade de autodesenvolvimento na busca pela ampliação da capacidade de ação das pessoas para a sua superação.

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2009, *apud* Moreira *et al.* 2012) define empoderamento como um processo social, cultural, psicológico ou político, por meio do qual indivíduos e grupos sociais passam a ser capazes de expressar suas necessidades, explicitar suas preocupações, perceber estratégias de envolvimento na tomada de decisões e atuar política, social, e culturalmente com o objetivo de satisfazer as suas necessidades. Já Sen (2007), entende que empoderar a sociedade é equilibrar as relações de poder em favor dos que tem menos recursos, de maneira que empoderamento terá relação direta com igualdade.

Quanto ao empoderamento feminino, Gohn (2004) afirma, sua busca tem a função de garantir a autonomia das mulheres no que se refere ao controle de seus corpos, à sexualidade, ao direito de ir e vir, bem como um sentimento de repulsa à violência e as decisões unilaterais masculinas que afetam toda a família.

Conforme Deere e León (2002,) o alcance da igualdade entre homens e mulheres requer uma transformação no acesso tanto aos benefícios (bens materiais e econômicos como: crédito, terra, trabalho, entre outros) quanto ao poder. Esta transformação depende do processo de empoderamento da mulher que, por sua vez, tem um efeito na transformação das relações de gênero e, portanto, é uma pré-condição para a obtenção dessa igualdade.

Quanto o vínculo entre empoderamento e microcrédito, exemplificado no caso de Bangladesh, Hernández (2009) afirma que:

Nos anos 1970, este termo foi gradualmente apropriado e descaracterizado pelas agências de desenvolvimento, sofrendo uma despolíticação ao ser enfatizado como uma dimensão instrumental e metodológica [...] A partir da década de 1990, esta noção constitui-se como um termo central no discurso das principais instituições da sociedade civil (agências internacionais, organizações não governamentais e instituições governamentais) e um argumento eixo para as políticas públicas, a partir dos programas de microcrédito (HERNÁNDEZ, 2009, p.64).

Na situação das mulheres que vivem nos setores rurais e dependem de auxílio monetário para cultivar a atividade de sua própria subsistência, Hernández (2009) afirma que o crédito oferecido às mulheres que trabalham no campo é considerado um instrumento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Para além dos efeitos econômicos, o efeito do acesso ao crédito para mulheres se constitui em um eixo de análise para as relações de gênero, considerando a noção de empoderamento como estratégia de desenvolvimento, pois esta estratégia tem um efeito mais abrangente que o crescimento econômico, tornando-se multidimensional e mobilizador de mudanças sociais.

Vimos que as desigualdades sociais têm se estabelecido ao longo da história em função de uma hierarquia e uma relação de poder que tende a sedimentar a sociedade. Desse modo, é através da construção de gênero que os papéis entre os sexos são diferenciados por valores, símbolos, comportamento e atributos que tendem a inferiorizar a mulher em relação ao homem.

Contudo, movimentos sociais com o intuito de defender os direitos femininos expandem-se na segunda metade do século XX em resistência a opressão masculina. A Organização das Nações Unidas teve papel fundamental ao incluir planos de desenvolvimento voltados às mulheres como a entidade ONU Mulheres que tem como intuito promover o empoderamento da mulher e a igualdade de gênero.

CAPÍTULO 2. BANCO GRAMEEN COMO INSTRUMENTO DE SUPERAÇÃO DA POBREZA

O segundo capítulo tem como objetivo analisar a atuação do Banco Grammen, que surgiu em Bangladesh tendo como instrumento de combate a pobreza a concessão de microcrédito. Dada a situação da mulher em Bangladesh, fortemente relacionada às regras estabelecidas pela religião islâmica, o banco teve como foco a população feminina, o que acarretou no seu empoderamento, ao incluí-la no sistema financeiro.

A primeira seção apresenta a condição da mulher na sociedade de Bangladesh; a segunda seção apresenta a história do Banco Grammen e seu funcionamento; a terceira seção enfatiza o papel da mulher tanto na concessão do empréstimo como no recrutamento; e a quarta seção discute a atuação dessa instituição enquanto uma organização internacional não governamental e exemplo de ações do terceiro setor.

2.1. Condição da mulher em Bangladesh

Considerando a realidade de Bangladesh, situado no continente asiático, o país é composto por uma mescla de religiões: muçulmanos (89.1%), hindu (10%) e budismo e cristianismo (0.9%) – de maneira que o Islamismo é a manifestação religiosa predominante. A religião, que reúne um conjunto de práticas ligadas a obrigações estabelecidas pelo Alcorão⁴, rege os deveres fundamentais na constituição da proteção da virtude feminina. Desse modo, as regras mantêm as mulheres em um patamar muito distante dos direitos concedidos aos homens. Aquelas que vivem na zona rural sofrem ainda mais com a desigualdade e as privações a que são impostas desde crianças.

Baseada nas interpretações que os fiéis fazem do Alcorão, as mulheres não devem ser vistas por nenhum homem, exceto os parentes masculinos mais próximos, ficando mesmo impossibilitadas de sair de casa para visitar os vizinhos. Os Molahs locais, sacerdotes que ensinam em escolas primárias religiosas, são os responsáveis por interpretar o Islamismo e difundir seus valores para as pessoas que moram nas aldeias e que na maioria das vezes não sabem ler nem escrever. Assim, pouco instruídas, as

⁴ Livro que caracteriza as leis sagradas do Islamismo.

peessoas acreditam fielmente nos ensinamentos que são passados por esses sacerdotes sem terem nenhuma possibilidade de questionar o que está sendo ensinado (YUNUS, 2010).

Entre os costumes do Islamismo, tem-se o pagamento do dote como parte das características de selamento matrimonial. Para uma família que vive na miséria lutando pelo sustento ter um grande número de filhas representa uma grande ameaça à sobrevivência, pois a família está destinada a penúria de sustentar mais uma boca que trará maiores gastos por conta do pagamento do dote.

Dessa forma, a mulher se torna um peso para sua família já ao nascer, sofrendo, desde então, preconceito e discriminação pelo simples fato de ser do gênero feminino. Yousafzai (2013)⁵ retrata, a partir de sua experiência pessoal, a vivência sob as interpretações do Islamismo no Paquistão e a dificuldade enfrentada pelas mulheres em ter que enfrentar desde cedo os hábitos impostos pelos Molahs locais. Não respeitar as práticas do *purdah*, como por exemplo, cobrir o rosto sempre que sair de perto dos homens da família, pode representar um desrespeito e insulto as leis do *pashtunwali*⁶, que incide sobre um dos códigos de lei do Islamismo. Nas palavras de Yousafzai (2013, p.77): “Os mulás quase sempre interpretam errado o Corão⁷ e o Hadith⁸ quando os ensinam no Paquistão, onde poucos conseguem entender a língua árabe, eles exploram essa ignorância”. Segundo a jovem, alguns *molahs* local anunciava seu discurso exclusivamente para as mulheres reafirmando:

“As mulheres devem cumprir suas responsabilidades dentro de suas casas. Somente em casos de extrema necessidade elas podem sair, cobertas com o véu.” Em algumas ocasiões esses homens (os molahs) exibiam roupas extravagantes que, afirmavam, tinham tirado de “mulheres decadentes” para envergonhá-las (YOUSAFZAI, 2015, p.125).

⁵ Malala Yousafzai é uma ativista paquistanesa que foi laureada com o prêmio Nobel da Paz em 2014. É reconhecida pela defesa dos direitos humanos das mulheres e do acesso à educação na sua região natal do vale do Swat na província de Khyber Pakhtunkwa, nordeste do Paquistão, onde os talibãs locais impedem as jovens de frequentar a escola. Aos 13 anos, Malala alcançou notoriedade ao escrever um blog para BBC sob o nome de Gul Makai, explicando sua vida sob o regime do Tehrik-i-Taliban Pakistan (TTP) e as tentativas de recuperar o controle do vale após a ocupação militar que os obrigou a ir para as áreas rurais. Os talibãs forçaram o encerramento de escolas públicas e proibiram a educação de meninas entre 2003 e 2009. Em 9 de outubro de 2012 Malala foi atacada por um miliciano do TTP em Mingora, baleada no crânio e tendo de ser operada. Em 15 de outubro de 2012 foi transferida para o hospital Queen Elizabeth, no Reino Unido para continuar a recuperação. Após quase 3 meses de internação, Malala deixou o hospital em 4 de janeiro de 2013. O ataque contra a jovem Malala foi condenado pela comunidade internacional em 9 de outubro de 2012. (http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7834402.stm)

⁶ Pashtunwali trata-se de um conceito de vida ou filosofia para o povo pachto, um grupo etnolinguístico localizado no leste e no sul do Afeganistão e do Paquistão.

⁷ Livro sagrado do Islã.

⁸ Coletânea de palavras e atos de Maomé que complementa o Alcorão.

Said (2011), sintetizando sobre o direito da família no islamismo, ressalta sobre os deveres da mulher segundo o tradicionalismo religioso, onde todas devem manter seu lar resguardado exercendo boa moral doméstica, tratando seus maridos dos direitos e dos deveres especiais que os demais membros da família devem exercer e cumprir. Não podendo deixar adentrar na sua casa um homem antes do marido saber.

Não tendo direito de titularidade a mulher ao se casar muda-se para a casa da família do marido ficando totalmente vulnerável ao direito de moradia. Caso o marido resolva se separar basta que a renegue três vezes e facilmente ela ficará desamparada, sem casa, emprego e família, tendo que muitas vezes voltar para a casa dos pais, gerando uma situação de mais humilhação para a mulher e sua família (YUNUS, 2013).

Em 1976, Bangladesh tinha uma população total de 72.930.206 (setenta e dois milhões, novecentos e trinta mil, duzentos e seis pessoas). O nível de pobreza atingia em 1985 um percentual de 64,4% da população que vivia com \$1.25 dólar por dia, assim o coeficiente de Gini⁹ calculava 25,88. A taxa de fertilidade atingia 6,8% de nascimentos por mulheres e a taxa de alfabetismo dos adultos era 29,2% enquanto que as crianças registravam 35,7% do total. O percentual de mulheres no ensino superior calculava 12,5% do total de 49,0%.

Com o intuito de contribuir para reverter esse cenário no contexto bengalês, a inclusão das mulheres pobres no sistema financeiro foi a estratégia adotada pelo Banco Grameen. Fundado pelo professor Muhammad Yunus. O banco tem como estratégia fundamental o desenvolvimento econômico e a mudança de qualidade de vida da camada mais baixa da população. O Banco Grameen teve um enorme sucesso e se expandiu para o mundo inteiro, mostrando-se não só uma operação viável do ponto de vista financeiro, mas um forte aliado no combate à pobreza como veremos adiante (YUNUS, 2010).

⁹ O coeficiente de Gini mede o grau de concentração de renda em determinado grupo apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um onde zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. No caso de Bangladesh o índice de Gini calcula 25,88 no ano de 1983 enquanto que o Brasil calculava 58,89. Isso demonstra que em Bangladesh o índice de distribuição, onde todos possuem a mesma renda, é maior, enquanto que no Brasil a concentração de riqueza nas mãos de poucas pessoas é maior.

2.2. A origem do banco Grammen e seu funcionamento

No dia 2 de outubro de 1983, numa aldeia de Jamurki, Tangail, distrito da região central de Bangladesh, iniciava-se o evento de comemoração que consagraria a consolidação do Projeto Grameen em Banco Grameen. A cerimônia de inauguração acontecia ao ar livre, num grande terreno, onde os convidados se dividiam em: grupos de financiadas selecionadas nas várias agências, ministros, representantes das financiadas e o responsável pelo projeto Muhammad Yunus (YUNUS, 2010).

Yunus¹⁰, que acabou tornando-se o ganhador do Prêmio Nobel da Paz 2006, começou a idealizar o Grameen Bank após se encontrar em meio a um dos maiores casos da miséria Humana: a situação do povo bengalês entre 1974 e 1975. A situação de fome da população de Bangladesh havia se intensificado por causa de uma série de desastres naturais: inundações, secas, ciclones e monções somada a Guerra de Libertação, que destruiu grande parte da infraestrutura do país, incluindo a paralisação do sistema financeiro nacional, os incontáveis refugiados. O governo, por sua vez, atuou de maneira desorganizada e o auxílio proveniente da comunidade internacional acabou sendo insuficiente, além de ter intensificado a instabilidade cambial, que se somou a crise do petróleo, ocorrida em 1973.

A produção agrícola do país e a renda *per capita* despencaram e milhões de cidadãos ficaram sem poder alimentar suas famílias. A escassez de alimentos levou centenas de milhares de pessoas à morte. A primeira tentativa de Yunus para abrandar a fome se Constituiu em um programa de melhoria da produtividade agrícola por meio da irrigação. Juntamente com os agricultores de Jobra, foi fundada uma cooperativa

¹⁰ Muhammad Yunus é natural de Bangladesh e nasceu em 1940 em Bengala Oriental, que na época, fazia parte da Índia britânica, mas em 1947, tornou-se parte do então recém-criado Paquistão. Após nove meses da guerra de libertação, em 1971, o Paquistão oriental transformou-se em uma nova nação que recebeu o nome de Bangladesh. Yunus foi o terceiro de uma família de 14 filhos, formando-se em economia na universidade de Chittagong, em Bangladesh, em 1960. Em 1965 foi para os Estados Unidos iniciar seu doutorado na Universidade Vanderbilt e retorna, em 1972, à Bangladesh estimulado pela batalha de independência de seu país, e motivado a ajudar a construir uma nova nação livre e próspera. No ano de 1974 foi convidado a fazer parte do Departamento de Economia da Universidade de Chittagong, tornando-se chefe de departamento. Assim, começou a dar aulas no intuito de fazer carreira acadêmica.

agrícola, chamada de Fazenda de Três Terços Nabajug Nova Era, com o intuito de administrar um poço profundo e um sistema de distribuição de água para irrigação de fertilizantes, sementes e inseticidas fornecidos pela associação.

A intenção era de que fosse estabelecida uma terceira colheita no período de seca, que geralmente era improdutivo. Contudo, o professor percebeu que os benefícios obtidos com o melhoramento da colheita não chegavam às mãos dos mais pobres que não tinham nenhuma porção de terra e passavam a vida em dificuldade, sobrevivendo como trabalhadores rurais, artesãos ou pedintes de rua (YUNUS, 2010).

A maioria desses moradores não possuíam casas, e quando tinham, eram precárias, vulneráveis à chuva e alagamentos, além de muitas delas não serem mobiliadas. Yunus reconhece a necessidade de uma solução mais perene para a superação da miséria e da fome. Em seus depoimentos o economista alega:

Passei o maior tempo possível convivendo com a população de Jobra, tentando entender o que os refreava. Não era falta de empenho: em todos os lugares da aldeia vi pessoas trabalhando duro para sobreviver – fosse tentando cultivar alimentos em seus minúsculos terrenos, fazendo cestas, banquinhos e outros artigos de artesanato para vender, fosse oferecendo seus empréstimos para praticamente qualquer tipo de trabalho. De alguma maneira, para a maioria dos aldeões, todos esses esforços não foram suficientes para tirá-los da pobreza (YUNUS, 2008, p.59).

Preocupado com a realidade de pobreza e miséria que a população de seu país passava, Yunus busca no cotidiano da aldeia de Jobra as raízes dos problemas. O convívio com aquela população revelou o desamparo e a dificuldade dos pobres em obter renda para sobreviver. A situação era agravada pelo sistema de agiotagem¹¹ desenvolvido naquele local.

Yunus conhece Sufia Begum, jovem aldeã que confecciona artesanalmente bancos de bambu para ajudar no sustento da casa. Para que Sufia comprasse matéria prima para seu trabalho artesanal era necessário pedir dinheiro emprestado com o agiota do local. Por sua vez, o agiota fornecia o empréstimo em troca de a moradora vender suas confecções manuais pelo preço que o agiota estabelecesse. Através desse acordo, com altas taxas de juros, a aldeã chegava a lucrar cerca de dois centavos de dólar por dia como renda, fazendo com que essas pessoas vivessem presas em condição de endividamento interminável.

¹¹ A agiotagem ou prática onzenária trata-se da especulação fundada nos empréstimos de dinheiro a juros extorsivos e seu principal objetivo é obter lucros exagerados. É considerada prática criminosa prevista na legislação da pátria brasileira, segundo a cartilha sobre agiotagem fornecido pelo Instituto Nacional de Defesa do Consumidor do Sistema Financeiro (<http://andif.com.br/agiotagem.pdf>)

Incomodado com a situação imposta às pessoas carentes e desprovidas de recursos para suprir suas necessidades básicas, Yunus empresta 5 takas¹² a Sufia e faz uma lista com os nomes das pessoas que estavam na mesma condição de endividamento. A situação envolvia dezenas e dezenas de mulheres formando uma lista de 42 pessoas que haviam tomado um total de 856 takas, ou seja, menos de 27 dólares. (YUNUS, 2010). No intuito de ampliar a ajuda, Yunus busca nos bancos tradicionais a possibilidade de abrir acesso de empréstimos a essas pessoas necessitadas, mas se depararia com dois aspectos: o conservadorismo do sistema financeiro e o tradicionalismo sexista dos bancos.

Sob o âmbito conservador, os bancos não tinham histórico de crédito a quem não podia oferecer garantia de pagamento, o chamado “caução”¹³, principalmente dada a situação de analfabetismo, o que fazia com que, em geral, os mais pobres não tivessem condições de preencher a documentação necessária para a liberação de crédito. Agravava a situação o caráter sexista das instituições financeiras, de modo a não haver o hábito de confiar empréstimos a mulheres, mesmo as que fossem ricas, pois elas sempre dependiam da autorização dos maridos para permissão de tal procedimento financeiro.

Após meses de tentativas fracassadas, o professor tem a ideia de se oferecer como fiador dos empréstimos concedidos aos pobres, de modo que o banco emprestasse o dinheiro para Yunus e ele repassaria os valores aos aldeões pobres. O banco, localizado no *campus* da universidade de Chittagong, aceita a proposta e Yunus, ao realizar os empréstimos, se surpreende com os resultados do retorno pontual dos empréstimos por parte das mulheres pobres. Entretanto, ao tentar ampliar o programa, a fim de atingir uma região inteira, mais uma vez os banqueiros não demonstraram interesse. Dessa maneira Yunus afirma:

Eles não conseguiam aceitar o fato de que os pobres pagariam os empréstimos contraídos, então afirmavam: “As pessoas que você está atendendo não devem ser realmente pobres, caso contrário, como elas poderiam liquidar a dívida dos empréstimos?” eu respondia: “Venha comigo visitar a casa deles [...] eles não têm nem móveis! Eles pagam os empréstimos com nada mais que o fruto de seu trabalho duro, diário.” Então as desculpas mudavam. “Bem, o programa deve ser bem-sucedido porque você e seus alunos estão profundamente envolvidos com os clientes”. Isso não é atividade bancária, é trabalho de babá! Jamais poderíamos expandir esse programa para um nível regional (YUNUS, 2008, p.61).

¹² O que corresponde a 22 Cents do dólar.

¹³ A expressão caução se traduz na cautela ou forma de garantia de indenização que nesse caso relaciona-se com a possível falta de cumprimento na devolução do pagamento dos empréstimos.

Com o intuito de superar o problema da fome, que conforme Sen (2007) se trata de uma das privações de liberdade impostas ao ser humano, Yunus cria, em 1983 o Banco Grameen, com o intuito de oferecer o serviço de microcrédito à população carente de Bangladesh, mostrando ser possível constituir estratégias eficazes que podem combater a pobreza, sem grandes riscos para o financiador e com grandes benefícios para os pobres. A repercussão do Grameen acabou colocando por terra os argumentos dos economistas acostumados a raciocinar em termos conservadores. Em poucos anos, a iniciativa expandiu-se para diversos países e atualmente favorece milhões de pessoas ao redor do mundo como veremos adiante.

Diferentemente dos bancos tradicionais, que pedem aos clientes que se dirijam a suas agências, todo o sistema bancário Grameen parte da ideia de que é preciso primordialmente levar o banco até as pessoas. Para Yunus (2010) esse tipo de iniciativa não é apenas uma estratégia de relações públicas, mas um elemento determinante das operações comerciais do Grameen. Outra característica do banco é o fato dos clientes não precisarem mostrar imunidade geral, comprovando suas condições de que podem pagar os empréstimos ao banco, pois as pessoas só precisam constatar a condição de pobreza.

No banco Grameen a promoção social gira em torno de satisfazer a necessidade das pessoas, garantindo o bem-estar de cada uma delas. A principal preocupação é conseguir melhorar as condições de vida dos financiados, assim o banco opera como uma empresa privada autossustentável, onde 8% das ações pertencem ao governo enquanto que 92% dos acionistas são os financiados que são exclusivamente pessoas pobres.

Em forma de cooperativa, o sistema Grameen Bank atua em prol de uma economia popular e solidária, devendo garantir a economia de seus clientes, ajudando-os a planejar e ensinando-os como investir seu dinheiro, especialmente aconselhando a empréstimos que não incorrem em gastos desnecessários, embora seja o cliente quem decide finalmente qual destino dará ao crédito tomado.

O Grameen contradiz todo o tradicionalismo bancário, pois permite excepcionalmente os empréstimos de crédito sem a exigência de garantia de pagamento, comprovação de crédito, nem qualquer outro instrumento legal. O professor Yunus, que acabou virando banqueiro, acredita que para que as pessoas possam ter uma chance de sair da pobreza, é necessário remover as barreiras institucionais que reforçam as

condições de pobreza, de modo que as regras e as leis sejam modificadas no intuito de abranger as pessoas que são excluídas e consideradas sem merecimento de obter crédito, o que para o criador do banco funciona como uma espécie de *apartheid* financeiro (YUNUS, 2011).

Dessa forma, o banco Grameen nasceu através de pequenos projetos administrados pela equipe de alunos do professor Yunus. À medida que se consolidava as atividades voltadas em prol das condições sociais dos pobres de Bangladesh, Muhammad Yunus descobria novas áreas de desequilíbrio e oportunidade econômica levando a evolução para outros setores.

O Grameen não realiza empréstimos de maneira singular, pois as tomadoras do crédito pertencem a um grupo composto por cinco integrantes, no qual nenhuma delas pode ter relações sanguíneas com a outra. Porém, para uma única integrante obter empréstimo do Grameen, é necessário que todas as quatro aprovem. Dessa maneira, gera-se um sistema de ajuda, organização e cumprimento de metas de cada grupo que toma crédito emprestado.

Yunus assegura que:

Embora cada tomadora seja responsável pelo próprio empréstimo, o grupo funciona como uma pequena rede social que proporciona estímulo, apoio psicológico e, às vezes, ajuda prática a seus membros, orientando-as no pouco familiar mundo dos “negócios”. Da mesma forma, nenhuma dos grupos fica sozinha. Dez ou doze grupos reúnem-se semanalmente em um centro comunitário (YUNUS, 2008, p. 71).

De acordo com Yunus (2008) existem mais de 130 mil centros comunitários em Bangladesh e cada um deles atende entre 50 e 60 membros do Banco Grameen. A palavra “Grameen”, que deu nome ao projeto, tem origem no dialeto de Chittagong e significa “aldeia”. Yunus escolheu esse nome para identificar o projeto de microcrédito de maneira que estivesse o mais próximo possível do público o qual almejava atingir: pessoas carentes e desprovidas de educação e informação.

Semanalmente são realizadas reuniões onde o pagamento dos empréstimos é entregue e são conduzidas várias outras atividades instrutivas e práticas. Segundo Yunus (2013), toda a dinâmica de atividades do Grameen gera a sensação de compromisso e dignidade entre as tomadoras de empréstimos. O sentimento de comprometimento e decência ascende, através do microcrédito, um empoderamento

econômico às mulheres, o que gera o compromisso em retornar os pagamentos dos empréstimos que foram realizados.

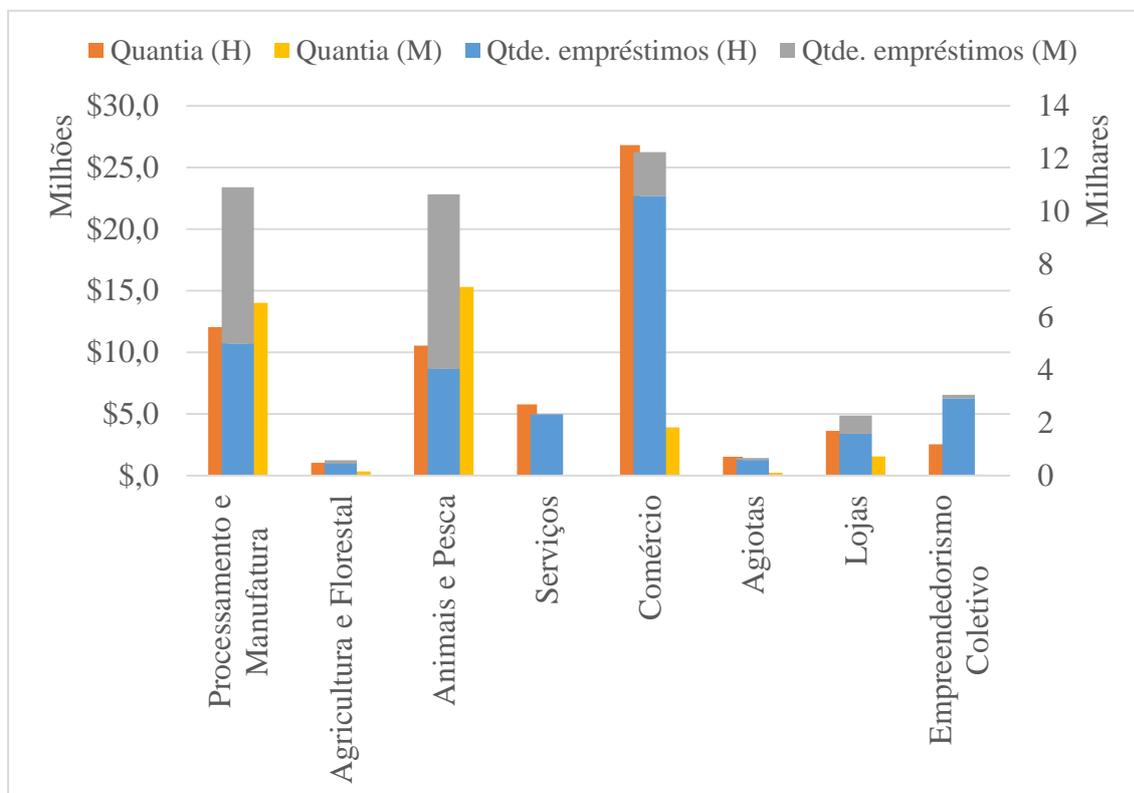
Diante da crescente desigualdade e no intuito de incluir as mulheres pobres no sistema financeiro, o Grameen oferece empréstimos para a geração de atividades de renda que possibilita o pagamento da dívida, diferentemente de empréstimos para gasto com bens de consumo, que, segundo Yunus, possibilita apenas o desfrute do gasto, fazendo com que quem esteja tomando o crédito possa avançar no crescimento de suas atividades para continuar melhorando sua situação de vida.

Sen (2007) afirma que a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente como baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. Logo, Yunus (2011) justifica que o objetivo do banco é ajudar os pobres a sair da pobreza, de maneira que o processo encoraje as pessoas da comunidade a alcançarem coisas que de outra maneira julgariam impossíveis de conseguir.

O gráfico a seguir (Gráfico 1) apresenta o progresso dos empréstimos no ano em que o Grameen iniciou as atividades, em 1983. Através dos dados coletados no site do banco podemos analisar o destino do microcrédito. No setor de empreendedorismo coletivo os empréstimos concedidos às mulheres chegaram a 140.000 (cento e quarenta mil) equivalendo à quantia de \$69.000 (sessenta e nove mil dólares), em 1983. Juntamente com os empréstimos concedidos aos homens totalizou em \$2.611.850,00 (dois milhões, seiscentos e onze mil, oitocentos e cinquenta dólares), valor considerável para o primeiro ano de atividades do banco a dissipar as ideias influenciando a emancipação feminina.

Gráfico 1 - Quantias de distribuição de empréstimos em 1983

|



Fonte: SNYDER (2008). Adaptado pela autora.

Em 1995, dezoito anos após o início da jornada de empréstimos, o Grameen alcançou a marca do primeiro bilhão de dólares no mês de março. Posteriormente, 27 meses depois, chegou-se ao segundo bilhão de dólares. Em dezembro de 1997, o banco Grameen ultrapassou a marca dos 2,4 bilhões de dólares em empréstimos realizados.

Naquele ano, o banco contava com 1.105 agências em 38 mil aldeias, que atendiam 2,27 milhões de clientes, com empréstimos efetuados na porta de suas casas. Em 2010 possuía quase 13 mil funcionários e recebe uma média de 1,5 milhões de dólares em prestações semanais. Desde o início, o Grameen enfatizou a disciplina, a transparência e a exequibilidade financeira (YUNUS, 2010).

Após vinte anos de início das atividades do Grameen, o balanço realizado no início da década de 2000 apresenta os resultados com uma visão mais detalhada da distribuição feita das operações no quadro 1¹⁴:

¹⁴ Segundo o banco, se um mutuário perde dez parcelas consecutivas, todo o empréstimo em dívida é tratado como crédito vencido. Em caso de empréstimo de um ano, se o devedor não pagar a metade do valor do empréstimo, com juros, no prazo de vinte e seis semanas, todo o montante torna-se vencido. Em caso de empréstimo com uma duração mais longa, se o devedor não pagar o valor do principal e dos juros, que ela está programada para pagar dentro de cada segmento das vinte e seis semanas, todo montante cai em atraso.

Quadro 1. Edição Número: 277. Data: 23 de fevereiro de 2003
Grameen Bank mensal Update: janeiro 2003

Sl. Não.	Características		milhões de Taka
1.0	Montante acumulado desde o início Desembolso		171,766.91
2.0	Montante acumulado desde o início Reembolsados		158,750.41
3.0	Montante desembolsado este mês		1,793.25
4.0	Montante reembolsado este mês		1,410.01
5	Empréstimo fora de série		
	5.1	Empréstimo Básico	9,087.00
	5.2	Empréstimo flexível	2,247.02
	5.3	Crédito à habitação	1,630.13
	5.4	Outro empréstimo	52.35
	5.5	Total:	13.016,50
6	Taxa de recuperação ^(a)		98,81
7	Empréstimo em atraso		
	8.1	Empréstimo Básico ^(b)	3.40
	8.2	Empréstimo flexível	75,47
	8.3	Crédito à habitação	36,09
	8.4	Outros empréstimos	0.00

	8.5	Total:	114.96
9	Microempresa Empréstimo (acumulado)		

	9.1	Número de Empréstimos para Microempresa	33.903,00
	9.2	Montante desembolsado	850,41
	9.3	Montante reembolsado	296,29
11.0	Depósitos para Outstanding		
	11.1	Depósitos em percentagem de empréstimos em aberto	70,00
	11.2	Depósitos e recursos próprios em percentagem de empréstimos em aberto	90,00
	11.3	Número de Ramos, com mais de Depósitos do que em empréstimos pendentes	276,00
13	Cumulativo Número de casas construídas ao crédito à habitação		559.191,00
17	Empréstimos para Bolsa de Estudos (acumulado)		
	17.1	Bolsas Destinatário (Feminino)	2.603,00
	17.2	Bolsas Destinatário (Masculino)	1.859,00
	17.3	Total:	4.462,00
	17.4	Bolsa Montante (Feminino)	2,77
	17.5	Bolsa Montante (Masculino)	2.17

	17.6	Total:	4,94
18	Número de membros		
	18.1	Feminino	2.386.492,00

	18.2	Masculino	120.580,00
	18.3	Total:	2.507.072,00
19	Número de grupos de empréstimos		516.257,00
20	Número de Centros		71.084,00
21	Número de aldeias		41.773,00
22	Número de Ramos		1.181,00
23	Número de Ramos com contabilidade informatizada e MIS		953,00

Fonte: Site do Banco Grameen

Desse modo, podemos observar com os dados demonstrados no quadro 1 que vinte anos após a fundação do banco o número de membros femininos atingia dois milhões trezentos e oitenta e seis mil quatrocentos e noventa e duas, sendo maioria considerável em relação aos membros masculinos com cerca de cento e vinte mil homens, ou seja, 5% do total de mulheres. O reembolso dos empréstimos atingiu cento e cinquenta e oito milhões setecentos e cinquenta mil takas com relação ao montante de empréstimos que foram cento e setenta e um milhões setecentos e sessenta e seis mil takas. Assim, a taxa de recuperação atingiu um percentual de 98,81%.

Dessa forma, podemos perceber que diante de tanta repressão que a mulher sofreu ao longo da história, desenvolver um projeto de financiamento para mulheres pobres, como ocorreu na aldeia de Jogra, teve um grande significado no sentido de evolução no papel de inclusão das financiadas na economia. Como desafio, buscou-se enfrentar a discriminação e o empecilho imposto à emancipação feminina pela sociedade bengalesa, mas, através dos dados, verifica-se que ao longo de 33 anos de operação, o Grameen apresentou resultados extremamente positivos.

2.3. Recrutamento feminino e o empréstimo às mulheres

Nas observações de Yunus (2010) a pobreza e a fome podem tocar de uma maneira maior as mulheres, pois se um dos membros da família irá sofrer com a fome, automaticamente a mãe é quem sofre de forma mais drástica tentando proteger os filhos da miséria. É essa mãe que passa pela experiência traumatizante de não poder amamentar o filho durante os dias de fome e miséria.

Para ajudar os aldeões a superar a condição de fome e pobreza e avançar nos programas sociais, o Grameen criou algumas metas. Essas metas formam um conjunto de compromissos sociais e pessoais chamadas de Dezesesseis Decisões que levaram os tomadores de empréstimos, representados pela grande maioria feminina, a direcionar a atenção a assuntos que antes tinham pouco espaço no dia-a-dia dos bengaleses que viviam sob a aflição de vencer mais um dia de fome.

As “Dezesesseis Decisões” consistem em um conjunto de compromissos sociais e pessoais que acabaram evoluindo com o passar do tempo. O que surgiu a princípio por intermédio de ideias propostas nas reuniões, juntamente com as tomadoras de empréstimos e colaboradores do banco, hoje se trata de “regras” que são seguidas rigorosamente. Apoiando-se em:

1. Princípios básicos do Banco Grameen, que incidem em: ter disciplina, união, coragem e trabalho duro. Devendo-se seguir esses princípios para progredir em todos os aspectos da vida.
2. Dever dos tomadores de empréstimos de levar prosperidade para as famílias.
3. Dever de morar em casas acessíveis, comprometendo os moradores de trabalhar para construir e consertar suas habitações.
4. Dever de cada morador de cultivar verduras o ano todo. Garantindo uma boa alimentação para todos os membros da família.
5. Dever de durante a estação de plantio, plantar o quanto for possível.
6. Dever de ter um planejamento familiar mantendo a família pequena e reduzindo as despesas e riscos à saúde.
7. Dever de educar os filhos assegurando que eles ganhem o suficiente para pagar por seus estudos.
8. Dever de manter as crianças em ambiente limpo.
9. Dever de construir e usar fossas.
10. Dever de consumir água potável.
11. Dever dos pais de não receber nem doar nenhum tipo de dote no casamento de seus filhos. Ao mesmo tempo selando o compromisso de não realizar matrimônios entre crianças.
12. Dever de não realizar nem permitir que alguém realize algum tipo de injustiça a qualquer pessoa.

13. Dever de empreender coletivamente investimentos maiores.
14. Dever de estar sempre prontos para ajudar o próximo que esteja em dificuldade.
15. Dever de reestabelecer a ordem em qualquer centro que esteja havendo a desordem.
16. Dever de participar de todas as atividades sociais coletivas.

Através das Dezesesseis Decisões, o banco Grameen pôde ajudar as tomadoras de empréstimos a levarem seus filhos à oportunidade de originar uma geração destinada a uma condição de vida com maiores oportunidades de ensino educacional ao frequentarem as escolas de forma regular. Com o passar dos anos, as crianças das famílias pertencentes ao projeto Grameen chegaram ao ensino médio. Muitos desses alunos destacaram-se entre os melhores da classe levando o Grameen a motivação de conceder-lhes bolsas de estudos que chegou a alcançar 30 mil por ano (YUNUS, 2011).

Essas crianças continuaram estudando e se tornaram médicos, engenheiros, professores universitários, entre outros profissionais. A cada ano soma-se a esse número mais de 8 mil estudantes. Esses jovens, que formam a futura geração, poderão no amanhã obter todos os artifícios para conseguirem retirar suas famílias da pobreza.

Através das 16 regras citadas é possível entender que não se trata apenas de dar crédito, mas estimular as pessoas ao aprendizado e a uma reeducação ou educação financeira e a busca por atingir objetivos da necessidade básica que o ser humano carece.

A realidade da mulher bengalesa não a permitia se sentir digna de confiança para administrar qualquer quantia de dinheiro nem de haver a possibilidade de melhoria social já que cresciam sofrendo discriminação e preconceito de todo âmbito social. Hajeera Begum, moradora do subdistrito de Dacca e membro do Grameen, relata um pouco de sua história:

Durante toda a minha vida repetiram para mim que eu não servia para nada. Meus pais me diziam que eu era a infelicidade deles porque era mulher, e que a minha família não poderia pagar meu dote. Ouvi muitas vezes minha mãe dizer que devia ter me matado quando nasci. Eu não achava que merecia um empréstimo, não acreditava que seria capaz de pagar - Hajeera Begum, recebeu um empréstimo de 2 mil takas, o equivalente a 50 dólares (YUNUS, 2010, p.126).

Ao promover aspectos que melhora a situação feminina tais como: auferir rendimentos, exercer papel econômico fora da família, alfabetização e instrução,

direitos de propriedade, entre tantos outros, contribui-se de maneira positiva para o fortalecimento da voz ativa e a condição de agente feminino. Um exemplo é o ganho de independência no quesito de trabalhar fora de casa e auferir uma renda independente.

Para Sen (2007), trabalhar fora de casa tende a produzir um impacto claro sobre a melhora da posição social da mulher em sua casa e na sociedade. É perceptível que existe, a partir daí, uma contribuição mais evidente para a prosperidade da família, em que a mulher ganha mais voz ativa, pois depende menos dos outros. Além disso, com a realização de atividades remuneradas, como o trabalho fora de casa, surgem efeitos chamados pelo autor de “efeitos educativos”, que expõem a mulher ao mundo fora de sua casa, aumentando a eficácia de sua condição de agente.

Adquirindo mais instrução, a mulher reforça sua condição de agente atuante, o que tende a torná-la mais bem informada e qualificada. Possuir bens também é outro meio que a torna mais poderosa nas decisões familiares. Através dos estudos de Sen (2007), é possível notar características ponderáveis de que o ganho de poder das mulheres pode reduzir consideravelmente a mortalidade infantil. Inclusive, é importante ressaltar, que a condição de agente e a voz ativa que essas mulheres obtêm, passa a se intensificar pela instrução e pelo emprego, podendo inclusive, introduzi-las na natureza da discursão pública sobre diversos temas sociais, incluindo taxas de fecundidade aceitáveis e prioridades do meio ambiente. Assim, esse autor conclui que:

[...] O nível elevado de instrução feminina tem sido particularmente influente como causa de uma acentuada redução na taxa de natalidade. Como a condição de agente das mulheres e a alfabetização feminina são importantes, inclusive na redução das taxas de mortalidade, essa é outra via – mais indireta – pela qual a condição de agente das mulheres (incluindo a alfabetização feminina) pode ter contribuído para a redução das taxas de natalidade, pois há alguns indícios de que uma redução nas taxas de mortalidade, especialmente a infantil, tende a contribuir para a redução das taxas de fecundidade (SEN, 2007, p. 231).

Quando se aumenta o poder decisório das mulheres ao oferecer oportunidades para isso, tornar-se mais efetiva a posição das mesmas como um todo. No caso das jovens, decidir se querem ou não engravidar e o momento que ocorra é fundamental, pois evita os desgastes sofridos com as frequentes gestações e com a criação de diversos filhos em um ambiente que já não oferece qualidade de vida.

Ao auferir renda fora de casa tende-se a melhorar a posição relativa feminina, inclusive em distribuições no âmbito da família. Ter emprego remunerado produz

efeitos positivos, dentre eles: maior ênfase sobre os cuidados com os filhos e maior potencial nas decisões conjuntas da família. Com a ajuda da educação ampliam-se os horizontes e, a partir do momento que existe o acesso a um nível mais educacional, ajuda-se a difundir os conhecimentos sobre planejamento familiar. Logo, ao conseguir oportunidades, que em geral são reservadas aos homens, as mulheres conseguem se sair tão bem quanto eles no aproveitamento desses recursos (YUNUS, 2010).

O Grameen tem trabalhado constantemente procurando eliminar a desvantagem feminina causada pelo tratamento discriminatório caracterizado nessa cultura. Sen (2007) reconhece o êxito do banco Grameen afirmando:

Os índices de restituição, que se aproximam a 98%, segundo registros, relaciona-se com o modo como as mulheres respondem as oportunidades que lhes foram oferecidas e à perspectiva de assegurar a continuidade desses procedimentos. Assim, oferecer oportunidade as mulheres leva a uma perceptível mudança econômica e social do meio em que ela vive, e essa mudança pode ser relacionada como característica do processo de desenvolvimento (SEN, 2007, p.84).

Levar as mulheres a fazer empréstimos em um país onde não há abertura para tal procedimento foi um grande desafio para o Grameen. Segundo Yunus (2010), cerca de 85% das mulheres que vivia no meio rural não sabiam ler nem escrever, logo a publicidade do banco não poderia ser por meios de leitura. As regras do *pardah* enclausuram as mulheres de certa forma que frequentemente elas nem saem de casa.

Diante da realidade das mulheres em condições de opressão, foi necessário empregar diversas estratégias e técnicas para fazer chegar até as aldeãs às oportunidades projetadas e oferecidas pelo Grameen. No propósito de se diferenciar das instituições financeiras tradicionais, mantendo o banco o mais próximo possível da realidade dos pobres, Yunus, inicialmente ajudado por alunas da universidade de Chittagong, começou a divulgar a mensagem de empréstimos que seriam fornecidos para as mulheres. O fundador reconhece não ter sido fácil romper as barreiras tradicionais, até porque eram feitas exigências dos maridos para que os empréstimos fossem direcionados para eles sem passar pelas esposas (YUNUS, 2011).

Pouco a pouco o projeto foi quebrando as barreiras que impediam o acesso direto do microcrédito as mulheres, de maneira que as esposas passaram a pedir autorização a seus maridos para participar do Grameen. Inicialmente, receberam ameaças de divórcio por parte deles, mas quando uma ou outra mais corajosa resolvia entrar as escondidas no banco, aplicando o empréstimo na compra de bezerro para a

venda de leite, os maridos começavam a perceber os pequenos resultados e a se convencer que o Grameen poderia não ser algo tão ruim quanto muitos conservadores e religiosos pregavam, pois a família passava a se alimentar de forma mais digna.

Trabalhar para o Grameen também não era uma tarefa fácil. As mulheres, estudantes universitárias que buscavam cooperar com o professor, sofriam a desaprovação dos pais, que não concordavam em ter suas filhas andando sozinhas pelas aldeias durante o dia todo. O recrutamento das moças para o exercício do banco era dado no momento em que as estudantes, que pertenciam a uma situação financeira familiar melhor tinham a oportunidade de estudar, terminavam os estudos encontrando-se ainda solteiras.

Uma estudante recém-formada naquela região deixa de ser um fardo para se tornar uma fonte de riqueza, pois sua chance de encontrar um marido aumenta consideravelmente. Em grande parte dos casos, se uma mulher que trabalha se casa, sofrerá pressões da família do marido pra deixar o emprego, pois não se admite que uma moça decente exerça o dia todo, uma função fora do espaço doméstico. A partir do momento que essa mulher gera o primeiro filho as pressões dobram ainda mais se tornando impossível ser mãe e manter um emprego. Por isso manter as colaboradoras no banco Grameen foi uma tarefa bastante difícil.

Ao não ter direito a título de propriedade, para a bengalesa ser pobre a coloca numa situação de insegurança permanente. A qualquer momento o marido pode expulsá-la da casa da família, pois para se divorciar ele precisa apenas pronunciar três vezes que a repudia. Na casa dos sogros ela está em situação precária pela mesma razão que estava na casa de seus próprios pais: a única coisa que eles esperam é que ela vá embora, pois terão uma boca a menos para alimentar (YUNUS, 2010, p.116).

Em 1984, uma nova modalidade de crédito foi criada pelo Grameen especialmente para as mulheres no intuito de oferecer empréstimo ajudando na construção ou reformas de casa. No espaço de doze anos foi concedido um total de 151 milhões de dólares em empréstimos para as mulheres com o objetivo de construir mais de 350 mil habitações, com um índice de recuperação próximo de 100%, sendo os pagamentos feitos semanalmente. O Grameen ambicionava elevar a condição das financiadas ao nível acima do limite de pobreza, respondendo aos seguintes critérios (YUNUS, 2010, p. 154):

- A família deve dispor de uma casa à prova d'água;

- Deve dispor também de banheiros bem-asseados;
- Deve ter água potável;
- Deve estar em situação de pagar 300 takas¹⁵ por semana;
- Todas as crianças em idade escolar devem estar na escola;
- Toda a família deve fazer três refeições por dia;
- Toda a família deve fazer exames médicos regulares

O Grameen tem sido exemplo de busca da superação das condições de miséria com ênfase na transformação das condições da mulher na sociedade, e ainda que tenha enfrentado dificuldades, tem sido bem-sucedido no propósito de promover a emancipação feminina, como foi visto anteriormente. Assim, aos poucos, o banco dos pobres conseguiu fazer com que a melhoria das condições da mulher desencadeasse efeitos para além do bem-estar social das financiadas, mas que elevasse a qualidade de vida de toda a sociedade, através de atividades como o saneamento básico, a educação e o direito ao atendimento médico.

¹⁵ Corresponde a 8 dólares.

2.4. Grameen: Uma Organização Internacional Não Governamental

O sistema internacional (SI) tem sido caracterizado, desde a elaboração da disciplina das relações internacionais durante as primeiras décadas do século XX, como um sistema político anárquico. A ideia de ausência de um Estado supranacional gera uma prática social e política específica no que se refere à ausência de uma instância geradora de normas legítimas e sancionadas.

Nesse contexto histórico, inúmeros mecanismos de estabilização do sistema começaram a serem produzidos. Assim, arranjos *ad hoc*, multilateralismos, regimes internacionais, alianças militares e segurança coletiva tiveram papel fundamental no processo de criação das Organizações Internacionais (OI).

As grandes guerras, o desenvolvimento econômico, as inovações tecnológicas e o próprio crescimento do número de Estados no Sistema Internacional, a partir da desagregação dos impérios, favorecem um enorme crescimento do número de OIGs e ONGIs na segunda metade do século XX. As organizações intergovernamentais regionais proliferaram no cenário internacional a partir de meados do século passado. A identidade regional, a percepção de que a interdependência econômica em nível regional pode favorecer o desenvolvimento e melhorar as condições de competição internacional e as considerações geoestratégicas são fatores que favorecem esse processo (HERZ E HOFFMANN, 2004, p.37)

Contudo, foi ainda no século XIX, que as organizações não-governamentais internacionais proliferaram a partir da percepção da existência de questões universais, como a paz e os problemas sociais. São associações privadas internacionais com objetivos humanitários, religiosos, econômicos, educacionais, científicos e políticos ((HERZ E HOFFMANN, 2004). Diante desses objetivos a questão da fome também passou a ser um tópico de preocupação ao se discutir os caminhos para a estabilidade do Sistema Internacional. Nesse sentido as Organizações Internacionais Não-Governamentais passam a ser um importante ator no sistema internacional sendo capazes de pressionar os Estados e governos ou até mesmo cooperar junto a eles.

Para Herz e Hoffman (2004):

As organizações não-governamentais internacionais proliferaram a partir da percepção da existência de questões universais, como a paz e os problemas

sociais. São associações privadas internacionais com objetivos humanitários, religiosos, econômicos, educacionais, científicos e políticos (HERZ E HOFFMANN, 2004, p.35).

As organizações (OIGs e ONGIs) podem adquirir autoridade e assim exercer poder no sistema internacional. Isso é possível apenas quando se tornaram atores com legitimidade reconhecida por um conjunto significativo dos atores. Evidentemente, a forma que a autoridade assume no sistema internacional é descentralizada, ao contrário dos sistemas políticos nacionais, mas isso não significa que ela não esteja presente (HURD, 1999).

No caso das organizações não-governamentais, Herz e Hoffmann (2004) afirmam que se tratam de instituições privadas e voluntárias, sem fins lucrativos, com membros individuais ou coletivos de diversos países. Algumas organizações se voltam para causas como direitos humanos, paz, ou proteção ambiental. Ainda, as ONGIs são formadas também para prover serviços específicos, como a ajuda humanitária e assistência ao desenvolvimento.

Ao longo da história o estudo das relações internacionais produziu diferentes teorias, conceitos e debates visando o conhecimento sobre o SI. Essas teorias foram fundamentais para a compreensão do papel, funcionamento e impacto das OI, pois buscaram explicar a cooperação e o conflito entre os principais atores do SI, a produção de mecanismos de estabilização e as formas como esse sistema político é governado, na ausência de aparato estatal central.

A corrente teórica liberal, uma das correntes teóricas das RIs, influenciada pelos textos clássicos de Immanuel Kant, Hugo Grotius, Adam Smith e Jeremy Bentham, abriu as portas para o potencial de transformação das relações sociais visando o progresso. Ao pregar a reforma do SI, leva em consideração: um fluxo mais intenso de comércio favorecendo a paz, regimes políticos democráticos ou republicanos associando a relação entre o Estado e a construção das instituições internacionais (HERZ e HOFFMANN, 2004).

Essa literatura tem como suporte primordial as teorias de escolha racional que calculam a utilidade de caminhos alternativos. No que se refere ao papel das OIs nas RIs, o neoliberalismo institucionalista, corrente influenciada pelas ideias liberais, entende que as instituições podem corrigir problemas gerados por informações incompletas e altos custos de transação. Logo, essas instituições têm a função de diminuir o grau de incertezas por meio da geração de transparência e da realização de

conexões entre diferentes questões através do tempo (linkage). Assim, as OIs atuam de maneira a promover a redução das assimetrias de informação, cooperando com as ações implementadas pelos Estados.

Para Keohane (1984), a circulação de informação através das instituições pode transformar o sistema internacional. A presença das instituições favorecem a reciprocidade e a confiança mútua. Herz e Hoffmann (2004) acredita que as instituições são identificadas como uma solução possível para os problemas de produção de bens públicos ou coletivos. São estruturas que constroem e moldam o comportamento dos Estados.

Para Nogueira (2005), o foco no indivíduo e em suas formas de organização na sociedade continua a ser um elemento central nas análises liberais contemporâneas, em particular em modelos de política e ação de grupos de interesses nas instituições. A defesa do livre-comércio vem assumindo, no contexto da globalização, um status de regra fundamental das relações econômicas internacionais.

Tomando como referência o papel das organizações internacionais a partir do que sustenta o pensamento liberal e o neoliberalismo institucionalista, o Grameen pode ser considerado uma organização não-governamental, visto que, sem fins lucrativos, que atua em prol do bem-estar e sustento das pessoas pobres, de maneira a cooperar com a ação do Estado ou mesmo suprir sua ausência, criando condições para a promoção dos mercados e das liberdades individuais para resolver os problemas de pobreza, fome e desigualdade no planeta. Yunus reconhece que:

A paz deve se entendida de um ponto de vista humano num plano social, político e econômico. A paz é ameaçada por uma ordem econômica, social e política injusta, pela ausência de democracia, pela degradação ambiental e pela ausência de direitos humanos. A pobreza é ausência total de direitos humanos. As frustrações, a hostilidade e a raiva pela mais profunda pobreza não podem sustentar a paz em nenhuma sociedade. Para construir a paz permanente, devemos encontrar meios de oferecer oportunidades às pessoas para que tenham uma vida decente (YUNUS, 2008, p. 238).

Assim, com a ideia de fornecer crédito para mulheres pobres, o principal objetivo do Grameen tem sido eliminar a pobreza, fornecendo o desenvolvimento para as capacidades básicas do ser humano que inclui: educação, assistência médica, emprego e igualdade dos sexos, garantindo o bem social a todos.

Com o surgimento do capitalismo moderno¹⁶ há 300 anos possibilitou uma forma de progresso material jamais vista. No entanto, todo esse progresso trouxe consigo uma piora dos problemas sociais, pois os mercados irrestritos, em sua forma atual não se destinam a resolver problemas sociais. Ao contrário, esses mercados podem na verdade exacerbar a pobreza, as doenças, a poluição, a corrupção, o crime e a desigualdade¹⁷ (YUNUS, 2008).

Ao esperar que os governos representem os interesses da sociedade como um todo, consequentemente aspira-se que os problemas sociais de larga escala deveriam ser de alçada dos mesmos. Nas economias centrais, quando vigorou o Estado de bem-estar social (1945-1973), ou o *welfare state*, coube aos Estados-Nacionais promoverem a redução das desigualdades e o acesso aos bens e serviços fundamentais para o desenvolvimento de seus cidadãos. O crescimento econômico nessas sociedades foi acompanhado pela melhoria das condições de vida das populações.

No entanto, em países subdesenvolvidos ou periféricos, seja por questões econômicas, seja por questões políticas, o crescimento econômico não necessariamente se expressa em redução das desigualdades sociais, o que dificulta a estabilidade. Muitos desses países estão submetidos à situação de inépcia ou corrupção dos governos, o que para Mingst (2004) impede de oferecer serviços aos seus cidadãos, o que o coloca em situação de Estado falido. Nesses estados, as organizações não-governamentais acabam desempenhando papéis singulares no âmbito nacional, assumindo, em alguns casos incomuns, o lugar do Estado.

É o caso de Bangladesh que abriga o maior setor de ONGs do mundo, em resposta, em parte a esse fracasso do governo que se soma a incapacidade do setor privado com fins lucrativos de zelar pela parcela pobre da população. Desse modo,

¹⁶ Para Marx (1867) o capitalismo consiste num modo de produção baseado na extração da mais-valia através do mais-trabalho do trabalhador, que é “explorado” porque é obrigado a vender “livremente” a sua força-trabalho a quem possui o dinheiro e os meios de produção (o proprietário). Além disso “o processo de produção capitalista, considerado no seu nexos complexivo, isto é, como processo de reprodução, não produz somente mercadoria e mais-valia, mas produz e reproduz a própria relação capitalista: de um lado, o capitalista e, do outro, o operário assalariado (BOBBIO, 1909).

¹⁷ Nas definições de Bobbio (1909) desde o final do século XIX, surgem e se fortalecem as grandes organizações proletárias para as quais “Capitalismo” soa como sinônimo de sociedade desumana e injusta. O sistema capitalista, estabilizado em suas estruturas econômicas de fundo, vencidas suas batalhas contra os setores atrasados pré-capitalistas, tem que enfrentar e racionalizar sua primeira transformação. Para Vierkandt (1931) o “estilo de vida” capitalista é apresentado como um modelo negativo. Ele é sinônimo de destruição de todo valor autêntico, substituição da qualidade pela quantidade, ânsia de fortes sensações epidérmicas, obsessão do sucesso, consumismo desenfreado, culto da violência – uma soma de contra valores em oposição a um idealizado mundo pré-capitalista.

ONGs, como o Banco Grameen, acabaram assumindo a responsabilidade pela educação, saúde, agricultura e microcrédito, todas as funções que cambiam ao governo¹⁸.

O modelo do Grameen transpôs as fronteiras sendo adotado por diferentes contextos nacionais. Atualmente existem programas de crédito do tipo Grameen em 58 países, em todos os continentes:

Quadro 2: Transposição do Grameen em diversos países

África	Abrangendo a África do Sul, Burkina Fasso, Chade, Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Lesoto, Mali, Malawi, Mauritânia, Marrocos, Nigéria, República Centro-Africana, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zanzibar, Zimbábue
Na Ásia	Afeganistão, Bangladesh, Butão, Camboja, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Líbano, Malásia, Nepal, Paquistão, Quirguistão, Sri Lanka, Vietnã.
Oceania	Papua-Nova Guiné, Fidji. Na Europa: Albânia, França, Holanda, Noruega.
Américas	Canadá, Estados Unidos, México, El Salvador, Jamaica, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala, Guiana, Peru, República Dominicana.

Fonte: YUNUS, 2010. Adaptado pela autora

¹⁸ Outras instituições patrocinadas por diversos governos vêm buscando eliminar a pobreza promovendo o desenvolvimento econômico em países e regiões subdesenvolvidos. O Banco Mundial é a principal instituição financeira internacional que tem a preocupação de erradicação da pobreza. Fornecendo empréstimos para países em desenvolvimento em programas de capital, o Banco Mundial é composto por duas instituições: o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). O BIRD é a instituição financeira do Banco que proporciona empréstimos de crédito. Já o AID é o organismo do Banco que fornece empréstimos sem juros e subsídios aos países mais pobres. Suas intervenções visam apoiar o crescimento econômico, reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida das populações. Os empréstimos da AID são de longo prazo e sem juros. Servem para financiar programas que reforçam as políticas, as instituições, as infraestruturas e o capital humano para que os países possam se desenvolver de maneira equitativa e ecologicamente sustentável. Os subsídios da AID são destinados aos países pobres vulneráveis ao endividamento excessivo ou com surtos de HIV/SIDA (síndrome de imunodeficiência adquirida) ou atingidos por catástrofes naturais. Atualmente, o Banco Mundial definiu duas metas para o mundo alcançar até 2030 que constitui em: acabar com a pobreza extrema, diminuindo a percentagem de pessoas que vivem com menos de US\$1,90 por dia para não mais do que 3% e promover a prosperidade compartilhada, favorecendo o crescimento da renda do fundo de 40% para todos os países.

Na América Latina há um grande número de empreendimentos de microcrédito para pobres. O maior desses programas é o Acción que tem uma rede de 25 organismos filiados que trabalham em trinta países latino-americanos e seis cidades americanas (YUNUS, 2010, p. 227).

De acordo com Yunus (2011), o mais importante é manter em vista a população que será beneficiada com os empréstimos, que deve ser direcionado impreterivelmente às pessoas carentes de cada país. As condições culturais, geográficas e climáticas podem variar, mas segundo o ganhador do Nobel da Paz, os pobres continuaram a ter os mesmos problemas em todo o planeta, pois a pobreza transcende as diferenças de língua, raça e tradição. Portanto, a ideia do microcrédito pode ter aplicações quase universais, pois, como visto, foi possível aplicar o conceito em diferentes países, revelando as capacidades humanas e procurando vencer as disparidades entre gêneros. Contudo, a pobreza é um obstáculo complexo que exige medidas fortes para a solução de um problema que perturba pessoas ao redor do mundo todo. No próximo capítulo veremos como o Brasil tem enfrentado o tema da miséria e quais medidas vêm sendo tomadas ao longo dos últimos anos para combater a desigualdade social. De modo a garantir aos seres humanos a chance de assumir a responsabilidade de estabelecer a sua própria dignidade humana.

Capítulo 3. Bolsa família enquanto política de Estado no combate a pobreza

No capítulo anterior foi possível tomarmos conhecimento sobre a origem e trajetória que o banco Grameen teve ao longo de seus 33 anos de funcionamento. Assim, através dos dados fornecidos pelas tabelas pudemos observar os avanços em números dos montantes de empréstimos e de reembolso ao longo das atividades do banco. Dessa forma, o projeto do Grameen iniciou um forte compromisso social levando as mulheres à oportunidade do acesso ao trabalho e conseqüentemente da superação da pobreza através do empoderamento e da emancipação. Foi possível também percebermos que a questão de desenvolvimento através da igualdade de gênero tem sido uma preocupação de organizações como a ONU. Assim, agindo como uma organização não-governamental o banco Grameen transpôs as fronteiras ao longo dos anos.

No capítulo três iremos abordar a maneira como é tratada a fome e miséria no Brasil fazendo uma análise de um dos principais programas de combate à pobreza denominado Programa Bolsa Família, que teve como uma de suas conseqüências o empoderamento de suas beneficiárias.

3.1. As mulheres no Programa Bolsa Família

A questão da pobreza no Brasil foi elevada a condição de prioridade a ser enfrentada no Brasil, principalmente através da criação, por parte do governo federal do Programa Bolsa Família. Ainda que outras políticas tenham sido implementadas anteriormente, o PBF se destacaria pela magnitude dos recursos e abrangência.

O Programa, que tem apoio técnico e financeiro do Banco Mundial, foi lançado em 2003, pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e tem como mecanismo de ação a transferência direta de renda para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país. A legislação que o estabelece é a Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004.

Conforme Moreira *et al.* (2012), em 2003 o governo brasileiro unificou todos os benefícios sociais federais existentes no país, quais sejam, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, e Auxílio Gás, em um único programa, o Programa

Bolsa Família, reduzindo a burocracia e criando a facilidade de controle dos recursos e transparência.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS, 2015), o Programa Bolsa Família possui três eixos principais:

- i) Complemento da renda: todos os meses, as famílias atendidas recebem um benefício do programa em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal e garante o alívio imediato da pobreza:
- ii) Acesso a direitos: as famílias devem cumprir alguns compromissos, as condicionalidades, que têm como objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social, de maneira a propiciar que as gerações futuras quebrem o ciclo da pobreza, pois melhoram as condições de inclusão social. Ressalta-se que as condicionalidades não estão relacionadas a lógica punitiva, mas são colocadas como forma de garantir que a população tenha acesso aos direitos sociais básicos.
- iii) Articulação com outras ações: o programa integra e articula várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Ao estar vinculado desde 2011 ao Plano Brasil sem Miséria, que estabelece iniciativas para permitir que as famílias deixem a situação de pobreza extrema, o programa é articulado ao acesso a direitos básicos e oportunidades de trabalho e empreendedorismo. A gestão do programa ocorre de forma descentralizada, de modo que cada ente federativo (União, estados e municípios) tenha atribuições em sua execução. Em nível federal, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)¹⁹ é responsável pelo programa e a Caixa econômica Federal (CEF) executa os pagamentos.

Atualmente o benefício é destinado a famílias com renda per capita de até R\$77,00 mensais, o que corresponde a classificação de extrema pobreza; e famílias com renda per capita entre R\$77,00 e R\$154,00, desde que sejam compostas por crianças e adolescentes de 0 a 17 anos, o que corresponde a classificação de pobreza (MDS, 2015).

¹⁹ O referido Ministério foi extinto durante o governo interino de Michel Temer, em maio de 2016, e assim se encontra até a finalização da presente monografia.

Para o Banco Mundial, o programa é uma experiência importante que contém lições a outros países sobre políticas de redução da desigualdade social. Segundo o diretor de Proteção Social do Banco Mundial, Arup Banerji,

Montar um sistema de proteção social não é apenas algo que pode ser feito, mas que deve ser feito e que é possível. O programa mostra que é possível estabelecer metas ambiciosas, colocando o foco das ações nas famílias. Além disso, aponta que se pode buscar e produzir evidências científicas para implementar e aprimorar o programa” (PLANALTO, 2014).

Em 2010, o Banco Mundial aprovou um empréstimo de US\$ 200 milhões para a segunda fase do programa de apoio ao Bolsa Família, no contexto do Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social. O PBF, que atinge atualmente 27,1 milhões de famílias²⁰, ajudou a retirar entre os anos de 2003 e 2009 cerca de 20 milhões de pessoas da pobreza, bem como reduzir significativamente a desigualdade de renda.

O PBF mudou a vida de milhões de famílias e contribuiu para uma profunda transformação social e econômica do País, integrando milhões de excluídos. A primeira fase do programa de apoio do Banco Mundial contou com empréstimo de US\$ 572 milhões, aprovado em 2004, que visava ajudar a desenvolver, fortalecer e expandir o principal programa de proteção social do Brasil (WORLD BANK, 2010).

Na segunda fase, buscou-se reforçar ainda mais a capacidade do Bolsa Família para alcançar os objetivos de redução da pobreza e da desigualdade e promover o uso dos serviços de educação e saúde pela população de baixa renda. Na primeira fase do projeto, a pobreza, caracterizada pelas pessoas que vivem com menos de US\$ 2 dólares por dia, caiu de 22% da população para 7%. A renda da população mais pobre cresceu sete vezes mais do que a dos mais ricos, e três vezes a média nacional. Como resultado, a desigualdade no Brasil caiu acentuadamente entre 2001 e 2009, e está no nível mais baixo em 30 anos. O programa PBF contribuiu para esses resultados juntamente com vários outros programas e o crescimento econômico geral (WORLD BANK, 2010).

Assim, o PBF foi projetado em cima da vulnerabilidade e pobreza dos cidadãos buscando garantir as famílias que estão desprovidas do direito de alimentação e acesso à educação e à saúde (MDS, 2016). Em outubro de 2013, a então Ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, afirmou que a inclusão financeira no país chegava a ser calculada em 15 milhões de crianças (dados do PNAD 2013).

²⁰ Dados atuais do MDS

De acordo com a ONU Mulheres (2016), o PBF reduziu a pobreza extrema no Brasil de 25,5% para 3,5%, superando a meta estabelecida mundialmente, que era chegar em 2015 com menos da metade do índice relativo a 1990. Como consequência, a contribuição brasileira para o combate à pobreza foi considerada uma das mais relevantes para o avanço do 1º Objetivo de Desenvolvimento do Milênio, o que torna o programa referência internacional.

Como destaca o relatório, o êxito do país em superar a meta deve-se aos esforços de atores governamentais e não-governamentais, com destaque para a unificação de programas setoriais de transferência de renda, a consolidação do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo federal e a criação de uma estratégia federativa para a gestão, acompanhamento de condicionalidades e garantia de acesso a serviços (ONUMULHERES, 2016).

Para Rego e Pinzani (2014) a pobreza é estigmatizada como uma situação humilhante que - quaisquer que sejam suas causas – impõe silêncio e vergonha aos que nela se encontram. Na visão da autora a renda fornecida pelo BF dá lugar a um conjunto de *capabilities*²¹ necessárias para alcançar os *functionings*²² ligados à autonomia individual e a cidadania.

No contexto brasileiro, se destaca uma parcela assustadoramente grande de pobres entre a população e a imensa disponibilidade de recursos do país, se considerado o fato de o país estar entre as 10 maiores economias do mundo. As localidades mais carentes são aquelas que por séculos foram controladas politicamente por oligarquias locais poderosas e imersas na cultura da violência, do arbítrio e do privilégio. Desse modo, o fato de morar em áreas isoladas e tradicionalmente abandonadas pode ser considerado como responsável o Estado Central. Esse abandono garantia arranjos de sustentação política no congresso que por muitos anos asseguraram o que se chama de governabilidade dos diversos presidentes da República (REGO E PINZANI, 2014).

Dessa maneira, as populações da Amazônia, do sertão e de outras regiões e as periferias de grandes cidades se tornaram territórios sem Estado, significando com isso a ausência de acesso a serviços básicos e a falta de infraestrutura adequada.

Consequentemente, o abandono e a ausência do Estado resultaram na falta de capital humano onde os pobres são geralmente indivíduos que ficam a mercê da falta de

²¹ Capacidades – tradução livre

²² Funcionalidade – tradução livre

educação e formação profissional, obrigados a exercer atividades mal remuneradas e não qualificadas.

A pobreza nessas regiões chega a ser surpreendente de modo que esses locais normalmente são caracterizados por esgotos a céu aberto, ruas de terras sujas, casas insalubres, crianças que brincam nas ruas ao lado dos esgotos, animais e insetos transmissores de doenças que se mesclam no cenário com os seres humanos. Além desse panorama de carência, outras características também são levadas em consideração para definir quem é pobre no Brasil, como a relação de etnias ou a cor da pele (índio, negro), o gênero, a idade, a composição e a estrutura da família.

No caso do Brasil, a questão da pobreza está claramente relacionada à questão de gênero, conforme os dados do Cadastro Único para Programas Sociais no Brasil. Em estimativa do IPEA, em 2011, 36 milhões de pessoas estaria na miséria caso sobrevivessem apenas com a sua renda, sem os benefícios do programa. O Cadastro Único indicava para o mesmo ano que 12 milhões de famílias beneficiárias do PBF viviam com menos de R\$70,00 mensais, a linha da extrema pobreza. Já em 2014, o Cadastro evidenciou a concentração da pobreza sobre as mulheres, de modo que 93%, ou quase 13 milhões de famílias beneficiárias do PBF eram chefiadas por mulheres. Revelou ainda que 88% de todas as famílias inscritas em programas sociais brasileiros eram chefiadas por mulheres.

Nas considerações de Streeten (1995), não se deve tentar simplificar a medição da pobreza recorrendo a um indicador só, especialmente a indicadores ligados à renda e ao consumo, pois não se deve confiar somente em indicadores quantitativos. Nessa concepção qualquer tentativa de entender a pobreza deve incluir a maneira em que os próprios pobres percebem sua situação.

Na opinião de Nussbaum (2004), uma “sociedade decente” deveria garantir a dignidade dos seus membros criando um “ambiente” que possibilitasse o desenvolvimento do respeito de si, logo, a pobreza é considerada uma situação humilhante. Para a autora, uma sociedade decente deveria equipar seus membros com um conjunto mínimo de capacidades, onde cada indivíduo deveria possuir as bases sociais do respeito de si e da não humilhação a ponto de ser tratado como um ser digno, cujo valor é igual aos dos outros.

Assim, a inclusão do Bolsa Família pode ser visto como tentativas de ajudar os indivíduos a desenvolver suas capacidades quando não dispõem da possibilidade de

fazê-lo autonomamente. O PBF garante a subsistência imediata, fornecendo uma base material necessária para que os indivíduos possam desenvolver-se em direção a uma autonomia.

No curso de pesquisa realizado por Rego e Pinzani sobre o programa Bolsa Família, buscou-se entender o processo de transformação e autonomização através de entrevistas feitas com 150 mulheres de diferentes regiões do Brasil beneficiadas pelo projeto. Na opinião dos autores, o PBF não se limita a sustentar as famílias que o recebem, mas dá a elas um “certo fôlego” que lhes estaria permitindo sair da sua atual situação de privação absoluta de bens ao fornecer a oportunidade de comprar gêneros alimentícios básicos como arroz, farinha, feijão e carne de frango. Em muitos casos o benefício permite que as mulheres comprem determinados alimentos que nunca foram provados antes por seus filhos (REGO E PINZANI, 2014, p.113).

Para o PBF, as famílias consideradas extremamente pobres são aquelas que têm renda mensal de até R\$ 77 reais por pessoa. As famílias pobres são aquelas de renda mensal entre R\$ 77 e R\$154 reais por pessoa. As famílias pobres participam do programa, desde que tenham em sua composição gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos. Para se candidatar ao programa, é necessário que a família esteja inscrita no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal, com seus dados atualizados há menos de 2 anos (MDS, 2016). Muitas beneficiadas afirmam não conseguir comprar tudo com a renda do programa que muitas vezes chega a R\$80 para passar o mês, incluindo o fato dos maridos muitas vezes ficar o mês todo desempregado, sem conseguir fazer os trabalhos informais, que chegam a pagar R\$20 reais por dia quando aparecem.

O auxílio do PBF é liberado através de saques mensais realizados com um cartão magnético que é cadastrado no nome da mulher mãe de família. As próprias beneficiadas alegam que as mulheres cuidam melhor do dinheiro recebido que os homens, pois sabem mais do que a família precisa e são capazes de aplicar o dinheiro de forma mais econômica nas compras, do que os maridos que tendem a gastar o dinheiro com bebidas alcólicas ou futilidades.

As opiniões sobre o direito de receber uma renda se dividiam entre as beneficiadas. Algumas acreditavam ser um dever do Estado por entenderem que pagam impostos mesmo com o mínimo de compras que fazem e pelo fato de votarem naqueles que estão no poder público. Outras achavam que o benefício era um “favor” do governo

concedido aos mais necessitados, que por sua vez tinham a “graça” ou “sorte divina” de receber o benefício.

A partir da liberdade adquirida em administrar a pouca renda recebida pelo governo, as mulheres do Bolsa Família, assim como as do Grameen, acabaram adquirindo empoderamento no meio em que vivem. Conforme Moreira *et al.* (2012), ao serem vistas como potenciais consumidoras, as brasileiras participantes do programa, passaram a adquirir um poder de barganha maior acompanhado da capacidade de fazer mais escolhas e de decidir sobre o modo de usar o dinheiro. Ao receber a renda, as responsabilidades da mulher aumentavam levando-a a manter o controle no atendimento as condicionalidades exigidas para a manutenção do benefício.

Tais responsabilidades podem ser percebidas ao verificar formas de autorreconhecimento relativamente a suas capacidades de gestão dos negócios familiares e de sua responsabilidade perante sua família e o Estado. Revelou-se nas mulheres entrevistadas um aumento de autoestima, que aponta para a geração de níveis mínimos de autonomização na gestão da vida em geral. Algumas (muito poucas, na realidade) tomaram inclusive decisões morais difíceis, como conseguir desfazer casamentos infelizes (REGO E PINZANI, 2014).

Os autores afirmam que tocar no assunto de separação, contudo, é ainda muito complicado nas regiões carentes. O tema da independência das mulheres em razão da existência da renda é uma questão que não lhes fazia ainda muito sentido em alguns casos. Muitas vezes, as mulheres passavam a senha do cartão ao marido para fazer as compras. Segundo elas, a mulher assim fazia por temor, por estarem submetidas a homens agressivos (REGO E PINZANI, 2014).

Do ponto de vista das mulheres entrevistadas, salta aos olhos o desejo de garantir um futuro melhor a seus filhos. Pode-se dizer que é praticamente a única esperança na vida dessas mulheres é fazerem de seus filhos pessoas menos destituídas de capacitações, do que suas próprias vidas, de maneira a equipar essas crianças para que busquem um destino melhor. Desse modo, algumas admitiram:

A bolsa ameniza até chegar o final do mês, foi uma benção para mim, pois dá para comprar algo para os meninos, mas tem que saber administrar. O dinheiro da bolsa não cala a boca de quem está passando necessidade. Necessidade não é só não ter o que comer. É querer comer uma coisa melhor e não ter, não poder. É querer vestir melhor e não poder, ir para a sorveteria com seu filho e não poder, ver um brinquedo da padaria e não poder comprar para seu filho. Inês, 30 anos, separada, dois filhos de 12 e 8 anos, com Ensino Médio completo, recebia R\$102 por mês (REGO E PINZANI, 2014, p.140).

Devido ao nível de analfabetismo ser extremamente comum entre as mulheres de baixa renda no Brasil, o nível de profissionalização é praticamente zero. Na maioria das vezes algumas mulheres procuravam trabalhar como empregadas domésticas para famílias de classe média recebendo um “salário” de R\$150 e R\$200 reais para trabalhar semanalmente 6,5 dias e 6 dias respectivamente ou três dias por semana recebendo R\$25 reais. Em outros casos, as mulheres que vivem em regiões litorâneas, trabalhavam recolhendo no mar mariscos e vendendo em bares e hotéis ao preço de R\$10 reais o quilo, sendo obrigadas a baixar o preço pela concorrência das demais catadoras do crustáceo (REGO E PINZANI, 2014).

Tendencialmente essas mulheres geram muitos filhos o que piora a situação de pobreza com mais crianças para alimentar. Assim, para muitas fazer a laqueadura, que consiste em ligar as trompas uterinas, passa a ser o sonho de quase todas elas diante do desespero da gravidez indesejada perante tanta pobreza e miséria. O PBF também viria a repercutir na questão da natalidade.

3.2. Avanços do Bolsa Família

Em 2013, o Bolsa Família atingiu cerca de 5.570 municípios em todo o Brasil coordenado por gestores, acabou causando um impacto positivo na economia local das regiões que assessoram os habitantes do projeto. A cada R\$ 1,00 transferido pelo programa se transforma em R\$1,78 na economia do país (MDS, 2013).

O impacto na vida econômica e social do país é visível pela melhoria de diversos indicadores. O programa que foi elogiado pelas Nações Unidas teve uma taxa de aprovação dos estudantes do Bolsa Família é igual à 80%. A maior parte dessas famílias vive no Nordeste, 62,3%, 16% no Sudeste e 13,9% no Norte.

Um dos principais compromissos assumidos por cada mulher beneficiada pelo programa é garantir que os filhos entre 6 e 15 anos estejam matriculados na escola. A condição inclui o esforço para que crianças e adolescentes não apenas se matriculem, mas mantenham frequência mínima de 85% da carga horária, acima do patamar exigido na rede de ensino, que é de 75%. A cada dois meses, o governo monitora a frequência escolar de 15 milhões de crianças e jovens, cujas famílias recebem o Bolsa Família.

Em 2012, os estudantes do Bolsa Família do ensino fundamental tiveram taxa de aprovação igual e taxa de abandono menor que a média nacional. A defasagem

idade-série também foi menor do que a média registrada pelas crianças não beneficiadas pelo programa. A taxa de aprovação dos beneficiados pelo Bolsa Família foi de 79,9%, enquanto a média nacional de 75,2%.

A taxa de abandono da sala de aula é de 7,1% pelos jovens estudantes beneficiários do programa, contra 10,8% da média nacional. De acordo com dados do Ministério da Educação, a taxa de aprovação dos “filhos do Bolsa Família” vem crescendo de maneira constante. Passou de 80,5%, em 2008, para 83,9%, em 2011. Já a taxa de abandono em 2011 foi de 2,9%, enquanto a média nacional foi de 3,2%.

Nos primeiros dez anos de existência, o Bolsa Família contribuiu para a redução da mortalidade infantil, das crianças até 5 anos, em 19,4%. A comprovação foi atestada pela revista inglesa [The Lancet](#)²³, uma das mais respeitadas publicações científicas especializadas em saúde do mundo. O estudo publicado em maio de 2013 mostra a redução da mortalidade por causas relacionadas à pobreza. Houve queda de 46,3% da mortalidade infantil por diarreia, 58,2% por desnutrição e a 26,4% na taxa de redução de filhos.

O dinheiro do PBF recebido pelas mulheres acabou gerando renda para vários outros setores como: comércio, indústria, e geração de emprego, pois as mulheres quando adquirem o cartão para recebimento do benefício acabam por também adquirirem maior poder de compras gerando um fluxo monetário entre os setores citados.

Dentre os objetivos estipulados pelo PBF ganham destaque principalmente: 1) aliviar a pobreza e a fome; 2) incluir as crianças na educação e reduzir o abandono escolar; e 3) dar acesso à cobertura de saúde aos beneficiários, principalmente crianças e gestantes (MDS, 2013). Desse modo, segundo dados do IPEA (MOREIRA, 2011), houve uma diminuição no índice de nascimento de crianças prematuras, o que se deve levar em consideração o fato da gestante ter tido um melhoramento na alimentação através da oportunidade que a renda do PBF deu em adquirir outros complementos alimentares.

Ao serem inscritas no Cadastro Único e tornarem-se beneficiárias do PBF, as mulheres acabam por adquirir um empoderamento no âmbito social em que vivem. Primeiro essas mulheres passam a ser vistas como consumidoras. Segundo, e não menos

²³ Revista científica sobre medicina publicada semanalmente e com revisão por pares. É uma das mais antigas e conhecidas revistas médicas do mundo e descrita como uma das mais prestigiadas. É publicada pela Elsevier no Reino Unido.

importante, essas mulheres adquirem certa força autoritária no espaço doméstico tornando-se possíveis autônomas de seus companheiros. Essas mulheres acessam a um maior poder de decisão sobre o uso do dinheiro, assim como obtém maior poder de barganha e capacidade de fazer escolhas (MOREIRA, 2011).

Para Costa (2000), o empoderamento das mulheres significa uma mudança na dominação tradicional de homens sobre mulheres, garantindo-lhes autonomia no que se refere ao controle de seus corpos, à sexualidade, ao direito de ir e vir, bem como um sentimento de repulsa à violência e as decisões unilaterais masculinas que afetam toda a família.

O PBF reduziu a vulnerabilidade das pessoas pobres, permitindo a reivindicação dos direitos sociais além de diminuir, de certo modo, as desigualdades de gênero (PNUD, 2007-2008). Para Moreira, as mulheres pobres quando beneficiadas por programas como este passam a reagir de forma mais cuidadosa na administração dos benefícios, pois são mais pacientes do que os homens e pensam no futuro. Assim, os resultados sugerem a existência de uma mudança no equilíbrio de poder dentro das famílias (MOREIRA, 2011).

Desse modo, é necessário reconhecer, a importância que o programa teve para a redução da miséria no Brasil. O Programa contribuiu não apenas para reduzir a fome dos brasileiros que o programa teve avanços significativos, mas também para promover a circulação de moeda em outros setores, como o comércio e serviços, que aumentam sua demanda para atender a essas consumidoras que após o beneficiamento adquiriram emancipação de seus direitos, poderes econômicos ou políticos e libertação pessoal, aspectos enfatizados por Suplicy (2002), na defesa da renda mínima.

Assim, passo a passo essas pessoas foram alcançando autonomia para sair da pobreza. Quando o gerenciamento dos benefícios é efetuado pelas mulheres os resultados podem ser ainda maiores do que quando administrados pelos homens, pois há pelas mãos femininas uma maximização para benefícios domésticos e familiares (SUPLICY, 2002). Nesse sentido, a renda pode ser vista como um meio que liberta as mulheres de relações privadas opressoras e de controles pessoais sobre sua intimidade, pois conforma cada uma em uma função social determinada, permitindo-lhes mais movimentação e, portanto, a oportunidade de desfrutar novas experiências.

Para Rego e Penzani (2014) o PBF pode ser visto como política de urgência moral, capaz de estabelecer as condições mínimas para o desenvolvimento de

autonomia ética e política. Nesse seguimento, todas as mulheres entrevistadas do programa Bolsa Família afirmaram ter deveres derivados do seu status de mães; além disso, a grande maioria dos gastos não ligados à alimentação familiar é feita para as crianças seja com roupa, material escolar ou remédios.

O programa permitiu que a sociedade brasileira se tornasse menos desigual, o que é demonstrado pelo Coeficiente de Gini, utilizado para medir a desigualdade de renda. O Brasil passou de 0,576 para 0,494, entre 2003 e 2014, o que foi possível pela implementação de programas sociais de caráter universal, com o objetivo de incluir os pobres e especialmente as mulheres, no “círculo virtuoso do crescimento da economia, com geração de trabalho e renda” (ONU MULHERES, 2016, p. 24). O relatório destaca que a política pública reconhece a capacidade de diálogo das mulheres e de negociação do uso dos recursos no âmbito familiar. Ainda, abre novos horizontes de interlocução entre agentes públicos e privados, antes realizado predominantemente por homens.

O relatório da ONU Mulheres destaca que diferentemente do que sugeriam algumas críticas ao programa, não ocorreu um aumento do número de filhos, mas ao contrário, as taxas de fecundidade permaneceram decrescentes no país, em todas as regiões. Ainda, também não levou a uma acomodação dos membros economicamente ativos nas famílias beneficiárias, o que era suposto por acreditar que as pessoas deixariam de trabalhar para viver do benefício. Conforme informou o Censo de 2010 (IBGE, apud ONU MULHERES, 2016), 75,4% dos beneficiários e beneficiárias em idade ativa eram efetivamente trabalhadores e trabalhadoras pobres e a inserção precária no mercado de trabalho é que justificou a ação intencional do governo em assegurar sua inclusão.

Pelo que foi alcançado a partir dos programas sociais no Brasil, com destaque para o Bolsa Família, o país se projeta mundialmente como exemplo de realização de políticas públicas com ênfase no empoderamento feminino como mecanismo de superação da pobreza, segundo a ONU Mulheres (2016).

CONCLUSÃO

De acordo com a carta das Nações Unidas (1945) é de fundamental importância para o estabelecimento da organização internacional:

“Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz (CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1945, cap.1, art.1,p.5)”

Dessa maneira, como manter a paz mundial enquanto milhares e milhares de pessoas enfrentam a batalha da fome, da desigualdade e ausência de direitos humanos? Para Yunus a paz deve ser entendida de um ponto de vista humano num plano social, político e econômico. A paz é ameaçada por uma ordem econômica, social e política injusta, pela ausência de democracia, pela degradação ambiental.

Logo, a pobreza é ausência total de todos esses direitos citados. Uma população frustrada e hostil por conta da desigualdade não pode sustentar a paz em nenhuma sociedade. Pois, para construir e sustentar a paz permanente deve-se oferecer meios para manter as pessoas sãs e salvas da miséria. Para que isso ocorra é necessário oferecer meios oportunos para que cada faminto passe a ter uma vida decente. Dessa maneira, estabelecer a paz requer que os direitos de igualdade e liberdade sejam garantidos a todos, assim como foi buscado nos ideais da revolução francesa.

O presente trabalho analisou duas formas de enfrentamento das condições de pobreza com foco no empoderamento feminino, em duas realidades sociais distintas: o caso de Bangladesh, com o Banco Grammen, sistema de microcrédito; e o caso do Brasil, com o Bolsa Família, sistema governamental de transferência de renda.

Como se verifica no caso de Bangladesh, muitas vezes os governos demonstram serem fracos ou insuficientes garantir os direitos de seus cidadãos e contribuir para o alcance da estabilidade no sistema internacional. Desse modo, outras instituições têm surgindo ao longo das últimas décadas no intuito de ajudar a suprir essas necessidades. Eliminar a pobreza promovendo o desenvolvimento econômico em países e regiões subdesenvolvidas têm sido um dos muitos objetivos das diversas organizações não governamentais.

O Banco Grameen, demonstrou exercer um importante trabalho no combate a pobreza e na emancipação feminina. Fornecer crédito para mulheres pobres levou a quebra de grandes paradigmas de opressão e discriminação. A mulher que sempre foi determinada a “certos” comportamentos de submissão em relação ao homem, passa a demonstrar força e capacidade de ser um agente ativo e determinante não só na relação familiar, mas como meio para o desenvolvimento econômico de uma sociedade.

Avançar para o progresso de uma nação requer, sobretudo, o progresso das capacidades básicas do ser humano que incluem educação, oportunidade de emprego e a conscientização da igualdade dos sexos, garantia fundamental para o bem social de todos. A situação de pobreza, no entanto, é um grave problema que precisa ser combatido diariamente.

Estar em situação de miséria leva as pessoas pobres a internalizarem frequentemente a imagem negativa construída pelo resto da sociedade culpando-as muitas vezes própria situação de decadência. O que torna cada necessitado vítima do discurso de autolegitimação formulados pelos grupos dominantes. Muitas vezes os pobres são levados a culpar sua “má sorte” ou a “vontade de Deus” os responsáveis pela situação de desigualdade. Não tendo na maioria das vezes o discernimento para induzir que são vítimas de arranjos institucionais injustos movidos pela corrupção e pela má distribuição de recursos.

Assim, nasce a consciência e a vergonha de encontrar-se em condição de indigência, o que leva as mulheres, agentes de estudo desse trabalho, a se encontram em situação de pobreza e demonstrar baixa autoestima e, conseqüentemente, a ideia de não se considerarem cidadãs propriamente ditas e merecedoras de qualquer oportunidade que lhes são oferecidas. Como foi visto a realidade da mulher bengalesa não a permitia se sentir digna de confiança para administrar qualquer quantia de dinheiro nem de ter a possibilidade de melhoria social já que cresciam sendo educadas a serem submissas ao preconceito e a discriminação social de Bangladesh.

Ao promover aspectos que melhora a situação feminina contribui-se de maneira benéfica para o fortalecimento da voz ativa e a condição de agente feminino, como foi o caso do ganho de independência do trabalho fora de casa que ajudou no alcance da renda independente. Sen (2007) reconhece o impacto claro na melhora da posição social da mulher dentro do âmbito familiar e na sociedade em que vive. Vários outros fatores também puderam ser ponderados como: redução de mortalidade infantil, condição de

agente e voz ativa feminina, empoderamento, emancipação, maior ênfase sobre os cuidados com os filhos e maior potencial nas decisões conjuntas da família.

Como visto, apesar das grandes dificuldades que o Grameen enfrentou no quesito de fornecer crédito as mulheres, o banco conseguiu realizar um trabalho proveitoso na busca pela eliminação das desvantagens feminina, logo na libertação da vergonha como conquista de cidadania.

No caso do Brasil, o Programa Bolsa família pode ser visto como uma política de urgência moral, capaz de estabelecer as condições mínimas para o desenvolvimento de autonomia ética e política, a partir do acesso a recursos monetários mínimos, articulados ao acesso aos direitos sociais básicos. Nesse seguimento, as mulheres beneficiadas pelo Programa Bolsa Família puderam ter acesso a renda que lhes assegurou a oportunidade de adquirir coisas que nunca tiveram a chance de ter por falta de recursos financeiros, oferecendo uma qualidade de vida mais digna a seus filhos. Como afirmou Rego e Penzani (2014), o Bolsa Família deu início ao processo de superação de resignação, ou seja, da espera resignada pela morte por fome e doenças ligadas à pobreza, drama constante no universo dos que vivem sob privação dos benefícios básicos.

Contudo, apesar do recente crescimento econômico e dos avanços de políticas e projetos voltados para a redução das desigualdades de gênero, ainda há muito a ser feito no campo de empoderamento feminino. Segundo um relatório publicado pela Organização das Nações Unidas, *Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016: Transformar as economias para realizar os direitos*, em média, os salários das mulheres são 24% inferiores aos dos homens na mesma função. “As mulheres continuam recebendo em todo o mundo um salário diferente pelo mesmo tipo de trabalho e têm menores probabilidades em termos de recursos recebidos ao longo da vida”, informa o relatório.

O estudo mostra que 50% das mulheres com idade para trabalhar fazem parte da população ativa. No caso dos homens, o índice é 77%. Segundo a pesquisa, em todas as regiões, as mulheres fazem quase duas vezes e meia mais trabalho doméstico e de cuidado de outras pessoas não remunerados do que os homens. Para a ONU, as mulheres são responsáveis por uma carga excessiva de trabalho doméstico não remunerado referente aos cuidados com filhos, com pessoas idosas e doentes e com a administração do lar. O documento informa que frequentemente os direitos econômicos

e sociais das mulheres são limitados porque elas vivem em um mundo machista e com práticas discriminatórias.

O relatório reconhece que houve avanços desde 1995, quando foi realizada a 4ª Conferência Mundial sobre Mulher, em Pequim. O Número de meninas na escola e de mulheres que fazem trabalhos remunerados aumentou, e a luta contra a violência doméstica entrou na agenda política. A pesquisa recomenda que as políticas econômicas e sociais devem ser implementadas em conjunto e que os países avancem em busca pela igualdade de gênero.

Apesar de muitos desafios a serem superados no que se refere à pobreza e ao empoderamento feminino, foi possível concluir que tanto o Banco Grameen quanto o Programa Bolsa Família se tornaram projetos essenciais que representam uma luz no fim do túnel para aqueles que cresceram aprendendo a resistir dia após dia na miséria do pauperismo, ao mesmo tempo em que levou as mulheres a se desprenderem de uma situação social de preconceito e humilhação por pertencerem ao gênero feminino, o qual sempre foi desprovido e desmerecido perante as sociedades machistas que foram constituídas.

Referências bibliográficas

BBC NEWS (Londres) (Org.). Diary of a Pakistani schoolgirl. 2009. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/south_asia/7834402.stm>. Acesso em: 24 abr. 2016.

BEAUVOIR, Simone de. O Segundo Sexo: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusora Europeia, 1987. 499 p.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. DICIONÁRIO DE POLÍTICA. 11. ed. Brasília: Unb, 1909.

BOUSERUP, Ester. Women's Role in Economic Development. Lodon: George Allen & Unwin, 1970.

BRASIL. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. (Org.). Bolsa Família: O programa busca garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. 2016. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 12 maio 2016.

CASIMIRO, Isabel Maria. EMPODERAMENTO ECONÓMICO DA MULHER, MOVIMENTO ASSOCIATIVO E ACESSO A FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL. 2011. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/10386680-Empoderamento-economico-da-mulher-movimento-associativo-e-acesso-a-fundos-de-desenvolvimento-local.html>>. Acesso em: 7 jan. 2016.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. O Empoderamento da Mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Ufrgs, 2002. 502 p. (Sociologia).

ENGELS, Friedrich. ENGELS, F. A origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, 1884. Editora Civilização Brasileira.: TRABALHO RELACIONADO COM AS INVESTIGAÇÕES DE L. H. MORGAN. 9. ed. Rio de Janeiro: CivilizaÇÃo Brasileira, 1984. (CIÊNCIAS SOCIAIS).

GOHN, Maria da Glória. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000200003>. Acesso em: 12 fev. 2016.

GRAMEEN BANK (Bangladesh). Bank For The Poor Grameen Bank. Annual Reports. 2003. Disponível em: <<http://www.grameen.com/annualreport/annualreport2003/index.html>>. Acesso em: 12 nov. 2015.

HERNÁNDEZ, Carmem Osorio. POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL COM PERSPECTIVA DE GÊNERO: UM MEIO DE "EMPODERAMENTO" PARA AS MULHERES RURAIS? 2009. 248 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, Desenvolvimento Rural, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16405/000696957.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

HERZ, Mônica; HOFFMANN, Andrea Ribeiro. ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS: HISTÓRIA E PRÁTICAS. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004. 268 p.

SÃO PAULO. Andif. Instituto Nacional de Defesa do Consumidor. Denuncie: Agiotagem é crime. Disponível em: <<http://andif.com.br/agiotagem.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

KEOHANE, Robert. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Keohane. Estados Unidos: Princeton University Press, 1984.

LOPES, Cátia. O papel da mulher no microcrédito na Guiné-Bissau. 2011. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/8-CatiaLopes.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2016.

SHE'S Beautiful When She's Angry. Direção de Mary Dore. Estados Unidos, 2014. (132 min.), HD, son., color. Legendado. Documentário / Histórico. Disponível em: <<https://www.netflix.com/watch/80023078?trackId=13752289&tctx=0,0,255f6dec82ce03824d641400f93d381859067d60:35f86b2bdc9efef080ee68a511adc4cb35c0104b>>. Acesso em: 7 maio 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Governo Federal Cidadania e Justiça (Org.). Mulheres correspondem a 93% dos titulares do Bolsa Família. 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/01/mulheres-correspondem-a-93-dos-titulares-do-bolsa-familia>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

SOCIAL, Ministério do Desenvolvimento. Beneficiárias do Bolsa Família têm menos filhos: Inclusão Social. 2015. Disponível em:

<<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/05/beneficiarias-do-bolsa-familia-tem-menos-filhos>>. Acesso em: 5 jun. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO. (Org.). Conheça o Programa Bolsa Família. 2015. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>>. Acesso em: 8 jun. 2016.

MOREIRA, Nathalia Carvalho et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. 2012. Marco Aurélio Marques Ferreira; Afonso Augusto Teixeira de Freitas Carvalho Lima; Ivan Beck Ckagnazaroff. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000200004>. Acesso em: 12 nov. 2015.

BRASIL. Nações Unidas Brasil. Nações Unidas no Brasil (Org.). A Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. TEORIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: CORRENTES E DEBATES. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. 250 p.

BRASIL. ONU MULHERES. . ONU MULHERES COM GRANDES ESPERANÇAS: ENTIDADE DA NAÇÕES UNIDAS PARA IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAMENTO DAS MULHERES. 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>. Acesso em: 8 maio 2016.

BRASÍLIA. ONU MULHERES. (Org.). Mais igualdade para as mulheres brasileiras: caminhos de transformação econômica e social: Encarte Brasil baseado no Relatório “O Progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016”. 2016. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/05/encarte-Mais-igualdade-para-as-mulheres-brasileiras_site_v2.pdf>. Acesso em: 8 maio 2016.

OXFAM INTERNACIONAL (Oxford). Relatório da Oxfam “A Economia para o 1%”. 2016. Disponível em: <[http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe Oxfam 210 - A Economia para o um por cento - Janeiro 2016 - Relatório Completo.pdf](http://www.oxfam.org.br/sites/default/files/arquivos/Informe%20Oxfam%20210%20-%20A%20Economia%20para%20o%20um%20por%20cento%20-%20Janeiro%202016%20-%20Relat%C3%B3rio%20Completo.pdf)>. Acesso em: 8 maio 2016.

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia Para Assuntos Jurídicos. República Federativa do Brasil. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 5 jun. 2016.

BRASIL. PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. (Org.). Relatório do Desenvolvimento Humano 2015: O Trabalho como Motor do Desenvolvimento Humano. 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/hdr/Relatorios-Desenvolvimento-Humano-Globais.aspx?indiceAccordion=2&li=li_RDHGlobais>. Acesso em: 4 fev. 2016.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014. 249 p. (Política Social).

SAID, Sheik Mabrouk El Sawy. SÍNTESE DO DIREITO DE FAMÍLIA NO ISLAM: CASAMENTO, DIVÓRCIO E AMAMENTAÇÃO. Recife: Gráfica, 2011. 93 p.

SEN, Armatya. DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE. 2007. 461 f. Curso de Economia, Editora Schwarcz, São Paulo, 2007.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as perspectivas da Renda Básica de Cidadania no Brasil. 2002. Disponível em: <<http://www.uff.br/revistaeconomica/v4n1/suplicy.pdf>>. Acesso em: 2 mar. 2016.

ESTADOS UNIDOS. CIA. . THE WORLD FACTBOOK: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. 2016. CIA. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/download/>>. Acesso em: 02 fev. 2016.

KNOEMA (Estados Unidos). World Bank (Org.). Bangladesh - índice de GINI. 2016. Disponível em: <<http://pt.knoema.com/search?query=bangladesh+gini>>. Acesso em: 12 maio 2016.

KNOEMA (Estados Unidos). World Bank (Org.). Bangladesh - População, mulheres (% do total). 2016. Disponível em: <<http://pt.knoema.com/atlas/Bangladesh/População-mulheres-percent-do-total>>. Acesso em: 23 maio 2016.

YOUSAFZAI, Malala. EU SOU MALALA: A HISTÓRIA DA GAROTA QUE DEFENDEU O DIREITO À EDUCAÇÃO E FOI BALEADA PELO TALIBÃ. 16. ed. São Paulo: Schwarcz, 2015. 342 p. Tradução por: CHRISTINA LAMB.

YUNUS, Muhammad; JOLIS, Alan. O BANQUEIRO DOS POBRES: A REVOLUÇÃO DO MICROCRÉDITO QUE AJUDOU OS POBRES DE DEZENAS DE PAÍSES. São Paulo: Atica, 2010. 343 p. Tradução por: MARIA CRISTINA GUIMARÃES CUPERTINO.

YUNUS, Muhammad; WEBER, Karl. UM MUNDO SEM POBREZA: A EMPRESA SOCIAL E O FUTURO DO CAPITALISMO. São Paulo: Atica, 2008. 263 p.

REUNIÃO Extraordinária CJE - Muhammad Yunus. Realização de Federação das Industrias de São Paulo. São Paulo: Fiesp Online, 2013. (113 min.), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cY9fb1_DvZ4>. Acesso em: 15 nov. 2015.

ELBANCO de los Pobres de MuhamMad Yunus. 2012. (46 min.), P&B. Sem fins lucrativos/ativismo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xP706ajHb_Y>. Acesso em: 20 mar. 2016.

MUHAMMAD Yunus on a New Kind of Capitalism. Reino Unido: Iqsquared, 2015. (128 min.), son., color. Legendado. Notícias e política. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O3U644a8Lmg>>. Acesso em: 13 jan. 2016.